



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4 MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 21 - Nº 394 - DE 20 DE JUNHO A 04 DE JULHO DE 2010 - R\$ 3,00

**A posição marxista
contra o sionismo**

**Europa: avança a crise,
trabalhadores resistem às
medidas governamentais**

**Bolívia: marcha dos
trabalhadores fabris
contra reforma da
previdência de Evo**

**Argentina: greve dos
professores em Neuquén**



A greve no Judiciário-SP

Conlutas + Intersindical = mais divisão

**A burguesia e seus candidatos
procuram arrastar as massas
para a farsa do circo eleitoral.**

**A frente de esquerda faliu
e se desintegrou.**



**Mobilização em Fortaleza/CE
contra os capitalistas do transporte
Também em Ceará-Mirim/RN,
boicote às empresas Dunas e Oceano**

**Combater a burguesia e defender a
independência de classe, o programa da
Revolução Proletária, as reivindicações dos
oprimidos e o método da luta de classes:**

**VOTO NULO
PROGRAMÁTICO**

Podridão da política burguesa

Por mais que José Serra e Dilma Roussef se pronunciem a favor de uma campanha de “alto nível” e apresentação de “programa”, a disputa vai se aprofundando na fossa fétida. Vêm à tona os embates de quadrilhas que agem nos bastidores da política burguesa. Fazem parte as divisões partidárias que se reproduzem nas corporações estatais, entre elas a Polícia Federal. Os chefes de partido e caciques oligárquicos têm seus apadrinhados no aparato policial, de justiça etc. As agremiações e seus figurões espionam uns aos outros. Infiltram informantes, criam contra-informação e acionam os meios de comunicação, que por sua vez expressam interesses particulares dos partidos da burguesia. Ex-agentes de segurança ganham a vida vendendo seus serviços. Montam escutas clandestinas, confeccionam dossiês e vazam dados dos adversários. Como a politicagem burguesa está repleta de interesses privados de grupos econômicos, como não há um só parlamentar, governo e presidente descomprometido com o financiamento de campanha e como todos são alvos de compra e venda de influências, nas eleições as quadrilhas se tornam mais ousadas e põem à luz do dia a guerra de bastidores.

Recentemente, a imprensa divulgou que o núcleo de campanha da candidata Dilma havia contratado ex-policiais, especialistas em ações clandestinas, para montar um dossiê sobre a filha de Serra. O movimento sigiloso estava infiltrado de agente do adversário. Logo a direção do PT desmentiu a notícia da revista *Veja*, órgão da reação e especialista em casos clandestinos da vida partidária. Serra acusou diretamente Dilma. O PT ameaçou entrar com uma interpelação judicial para que Serra confirmasse a acusação e, de fato, o fez. No entanto, o PSDB tinha em seu poder informações sobre encontros com um dos tais especialistas em espionagem e dossiês. Os jornais debulharam os fatos, envolvendo o jornalista Luiz Lanzetta, contratado para assessorar a propaganda eleitoral de Dilma.

Evidenciou-se que havia uma disputa no comando de campanha da petista, envolvendo o mineiro Pimentel e o paulista Palocci. O jornalista foi afastado, jurando que os agentes de Serra é que haviam construído uma armadilha. No fim da pendenga, ficou a pergunta: afinal, por que a filha de Serra merecia um dossiê?

Nem bem esfriou a polêmica, sobreveio outra. A de que o vice-presidente do PSDB, Eduardo Jorge, estava sendo investigado clandestinamente pelos petistas. Segundo os partidários de Serra, as contas bancárias do peessedebista estavam sendo devassadas ilegalmente. Veio a grita sobre a violação do Estado de Direito, da democracia e da ordem jurídica uma vez que o sigilo bancário é sagrado. O PSDB acusou os petistas de esculhambarem as instituições, de incorrerem em prática criminosa e abusarem do poder. Lá foi o PT desmentir os serristas. Lula, por sua vez, rebateu denunciando “o jogo rasteiro de inventar dossiê todo dia”. Parece que também essa pendenga ficou no ponto de ambos os lados pedirem campanha civilizada. Afinal, qual é o problema de se abrirem as contas e a declaração de imposto de renda de Eduardo Jorge? Todos aqueles que ocupam cargos públicos deveriam apresentar à população suas contas e o histórico de seu enriquecimento.

Nesse quadro, a PF vazou informações das investigações

sobre o secretário nacional de Justiça, Romeu Tuma Jr., ex-delegado da PF, mostrando suas ligações com o contrabando. O homem é filho de Romeu Tuma, ex-delegado do DOPS, que carrega nas costas a acusação sobre torturas, mortes e ocultação de cadáveres de militantes da luta armada de 1960 a 1970. O PTB é da base aliada de Lula, Romeu Tuma é um de seus senadores importantes, colocou seu filho deputado na secretaria nacional de Justiça para combater crimes econômicos, mas tanto pai quanto filho não são flor que se cheire.

O governo de Lula está repleto de sequazes. A PF botou na rua o caso de Tuma Jr bem no começo da campanha eleitoral. Serra começou a mudar o tom da disputa com Dilma assim que as pesquisas mostrarem empate. Partiu para o ataque naquilo que acha ser o ponto fraco de Lula. Ou seja, no fato de abrigar todo tipo de corrupto. Qualificou os petistas de bando de neocorruptos. A questão para o PSDB está em como cercar o uso da máquina do Estado pelo Presidente e pelos petistas incrustados em toda estrutura estatal.

Serra explora as contradições da base aliada lulista e as divisões em suas fileiras, inclusive nas do próprio PT. Nem bem tais episódios ocorreram, o PTB anunciou seu apoio a Serra. À frente do acordo está Roberto Jefferson, conhecido corrupto, que, por estar metido nas profundezas da fossa, protagonizou o escândalo do “mensalão”, que por pouco não derrubou Lula da presidência. A bandeira de impeachment foi desfraldada pelo PSDB/DEM. Agora, Serra se socorre de Jefferson e do PTB. É o jogo do vale-tudo.

Há pouco eclodiu o escândalo do mensalão do DEM. A desfaçatez do governador José Roberto Arruda, preso e deposto, ultrapassou qualquer limite permitido pela burguesia e seu Estado. O presidente do DEM, Rodrigo Maia, procurou retardar a saída do governador do partido. Saída necessária para estancar a hemorragia do DEM. No processo, o denunciante do esquema detalhou a participação de Maia no mensalão do Distrito Federal.

Um caso especial do PT é o da convenção do Maranhão. A maioria aprovou apoiar a candidatura do PCdoB ao governo do Estado. A direção interveio em favor da candidatura de Roseana Sarney. O deputado petista Domingos Dutra e o velho militante da extinta Ação Popular, duramente torturado pela ditadura, Manoel da Conceição, entraram em greve de fome, protestando contra a corrupção partidária e a intervenção da Executiva Nacional do PT. Tanto o PCdoB quanto o PMDB, partido de José Sarney, pertencem à base aliada do governo. Lula ordenou que para garantir a aliança com o PMDB o PT deve sacrificar suas candidaturas regionais. Não importa se isso significa apoiar a oligarquia que manda no Maranhão. Há ainda o agravante do DEM ter se aliado ao PMDB maranhense em torno da candidatura da família Sarney. O PCdoB, sem a participação do apoio do PT, provavelmente apoiará a candidatura de Jackson Lago, do PDT, tão quadrilheiro como qualquer outro, mas que certamente não é um grande capo, como Sarney. O estalinista PCdoB, na verdade, não precisa de qualquer argumento, além do que diz ser tática para eleger candidatos.

Não se trata de se horrorizar com a podridão burguesa, mas

de denunciá-la diante das massas iludidas e arrastadas pelos partidos da burguesia, por Lula, Serra e Cia. A corrupção e a podridão da política burguesa são inerentes ao Estado encarregado de gerenciar os negócios da classe capitalista. As eleições são um momento em que a sujeira tende a vir à tona.

A tarefa histórica do proletariado e dos demais explorados é destruir o poder da burguesia. Arrancar-lhe o Estado e expropriar-lhe a propriedade privada dos meios de produção, estatizá-la e transformá-la em propriedade social. O caminho a ser percorrido é o da insistente e paciente preparação da revolução proletária. Para isso, é necessário o empenho da construção do Partido Operário Revolucionário.

Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras (Conclat) eleitoral

A CUT, Força Sindical, CTB, CGTB, Nova Central e Coordenação dos Movimentos Sociais (CMS) realizaram no estádio do Pacaembu a Conclat. O objetivo anunciado foi o de aprovar uma pauta de reivindicações para ser entregue a todos os candidatos. Na realidade, a centrais e a CMS organizaram um comício de apoio à candidatura Dilma.

Pouco antes, houve o congresso do sindicato metalúrgico do ABC que aplaudiu Lula e Dilma.

As centrais alinhadas com o governo e que promoveram a Conclat controlam a maioria dos sindicatos do país. Sob o governo petista, foram legalizadas e passaram a receber parte do imposto sindical. Mais ainda: inúmeros sindicalistas assumiram postos no Estado. A burocracia sindical sentiu-se prestigiada e pôde dar curso à sua política de pressão parlamentar. Projetos como o da jornada de 40 horas têm servido de instrumento de propaganda para engambelar os assalariados.

Os burocratas asseveram que pela via do Estado e do parlamento se conquistará a “distribuição de renda”. Estão com Lula porque vem fazendo um governo preocupado com os pobres. Os sindicatos não são para organizar a luta grevista e arrancar pela força as reivindicações das massas. Assim, foram transformados em agências eleitorais dos partidos da burguesia e de apoio a este ou aquele governo, de acordo com sua predisposição de contar com a colaboração da burocracia.

Durante a ditadura, os sindicatos estiveram sob intervenção e era proibida a construção de uma central sindical. Com o fim do regime militar, sob impacto da crise econômica e do ascenso operário, os sindicatos foram sendo recuperados e nasceu a CUT, em 1983. Com a volta das eleições e da reordenação partidária, o PT foi criado prometendo reformar o Estado, avançar a democracia, distribuir renda e erradicar a fome. Não tardou para se construírem novas centrais, realizando uma distribuição entre elas (hoje, são 11) dos milhares de sindicatos espalhados pelo país.

A CUT e Força Sindical compareceram como adversárias na disputa pela distribuição dos aparatos, a primeira, seguindo o PT; a segunda, o partido que lhe desse maior apoio. De adversárias, se tornaram aliadas sob o governo Lula. A Força Sindical se vinculou finalmente ao PDT e este ingressou no governo petista, obtendo o Ministério do Trabalho. A burocracia se viu fortalecida com o manejo do FAT, do imposto sindical e com a participação em fóruns governamentais. As centrais e sindicatos passaram a ser um importante esteio para a gover-

nabilidade e ganharam importância nas disputas eleitorais.

A oposição não gostou dessa junção, embora para a burguesia em geral a colaboração cutista e forcionista lhe dava e dá tranquilidade para explorar.

A Conclat de 1º de junho expressou a unidade burocrática de defesa da continuidade do lulismo por meio de Dilma. O PSDB e DEM ficaram furiosos com a iniciativa. Reclamaram do gasto de 800 mil Reais, provenientes do imposto sindical, que para eles é dinheiro público. Ocorre que um dos aspectos fundamentais da disputa eleitoral é o financiamento de campanha. O PSDB e DEM recebem por baixo do pano milhões dos empresários, bem como o PT e PMDB. Estima-se que os gastos eleitorais de cada bando serão acima de 200 milhões. Esse montante vem da exploração do trabalho e da acumulação de capital. A denúncia de que as centrais abusaram gastando dinheiro público para apoiar Dilma é feita porque não se está gastando com Serra. As centrais responderam que lhes é de direito realizar a Conclat para aprovar a Agenda da Classe Trabalhadora, a ser entregue inclusive ao candidato Serra.

Estamos diante de um exemplo em que os sindicatos e as centrais são arrastados pela disputa interburguesa em torno do poder do Estado. Essa intervenção nas eleições não tem a ver com a política da classe operária, é estranha aos explorados e está contra seus interesses. Certamente, se as centrais gassem uma mixaria com greves, seriam acusadas pelo PSDB/DEM, mas por incentivarem a subversão, a violência, a anarquia etc. A burguesia acha que as centrais devem ter dinheiro para promover a submissão dos sindicatos. O problema de aplicá-lo na eleição tem o inconveniente de entrar na seara da disputa interburguesa. O bando prejudicado não admite ser enfraquecido pelo dinheiro despendido pelas centrais.

A política da classe operária é de enfraquecer os partidos da burguesia de conjunto e não fortalecer uns contra os outros. A Conclat foi motivada para engrandecer Dilma, portanto fortalecer PT/PMDB/PDT etc. O contrário disso, é rechaçar toda candidatura burguesa e denunciar as forças capitalistas que estão por trás de cada uma. Se não está presente na luta eleitoral um partido revolucionário, cabe aos sindicatos e a CUT desmascarar a demagogia patronal, mostrar aos explorados quem é quem na opressão, apresentar a plataforma de reivindicações e convocar o voto nulo ou abstenção.

Não se passa assim porque os sindicatos e as centrais divisionistas estão sob a direção de burocracias pró-capitalistas e vendidas à política burguesa.

Travamos o combate para que a classe operária, os camponeses pobres, a classe média urbana arruinada e a juventude oprimida rechacem a Conclat da CUT/Força e se coloquem pela independência política frente à burguesia e seu Estado.

Congresso das Classes Trabalhadoras (Conclat) da Conlutas e Intersindical

No Congresso de unificação da Conlutas e Intersindical, constaram da pauta as eleições. As dificuldades eram visíveis, uma vez que fracassou a reedição da Frente de Esquerda e foram lançadas três candidaturas distintas (PSTU, PSOL e PCB). O delegado do Rio Grande do Norte, identificado com a “Resistência Socialista”, criticou a divisão eleitoral da esquerda ali presente no Conclat (o PCB rompeu com o processo de unifica-

ção, ficando com a fração minoritária da Intersindical, mas foi convidado para o congresso). E defendeu a reconstituição da Frente de Esquerda. O Movimento Terra e Liberdade (MTL), ligado à ala direita do PSOL, se pronunciou por um Bloco das candidaturas de esquerda para denunciar as candidaturas burguesas. Assim, a nova central deveria orientar o voto. O PSTU considerou que a divisão era irreversível. Não por sua responsabilidade. Lembrou que fez um chamado ao PSOL pela constituição da Frente, mas que este priorizou a discussão com Marina Silva do PV. Diante desse quadro, a nova central deveria aprovar uma plataforma para entregar aos candidatos de esquerda e fortalecer o campo de suas candidaturas. Houve também a proposta do voto nulo, mas seus proponentes não fizeram questão de defendê-lo.

Como se pode ver, configurou-se um quadro desesperante e lamentável para as correntes que protagonizaram a Frente de Esquerda em 2006. A ruptura do Conclat em torno do nome obscureceu a importância da falência da Frente de Esquerda e a impossibilidade de sua reconstituição na presente eleição. A disparidade de propostas e a desconexão dos argumentos refletiram o artificialismo da situação e da discussão política.

O apelo do grupo Resistência Socialista de superar o estilhaçamento soou quixotesco. A suposição de Bloco de candidaturas de esquerda pelo MTL não tem o menor sentido. E a posição do PSTU de se ter uma “plataforma dos trabalhadores” para “fortalecer o campo das candidaturas de esquerda” é oportunista. Aqueles que propuseram o voto nulo não o fizeram a sério. Nem mesmo se soube o porquê.

A confusão geral expressou a ausência de uma caracteriza-

ção do conteúdo de classe das posições das correntes englobadas abstratamente sob o rótulo de “esquerda”. Confundem-se o centrismo (PSTU), a socialdemocracia de esquerda (PSOL) e o estalinismo (PCB). Não havia, portanto, uma política proletária, revolucionária, marxista, para as eleições.

O Conclat não poderia apoiar nenhuma das candidaturas não porque houvesse uma caracterização de classe das correntes, do programa, da tática eleitoral e dos candidatos. Não poderia porque expressava um congresso de aparatos partidários, apesar do processo de tirada de delegados em reuniões e assembléias. Lembremos que nos congressos da CUT a Convergência Socialista, que deu origem ao PSTU, sempre defendeu que se aprovasse apoio à candidatura de Lula.

A crise que se instalou nas relações entre PSTU, PSOL e PCB na discussão da reedição da Frente de Esquerda, de certa maneira, é a mesma que se manifestou em todo transcorrer de formação da Conlutas e da tentativa de unificação com a Intersindical, vindo a eclodir violentamente com o abandono pela Intersindical/PSOL da Conclat. O Partido Operário Revolucionário em construção tem sido crítico ativo desse fenômeno político. Não confundimos o centrismo com socialdemocratismo e com o estalinismo. Eis por que acentuamos a crítica à linha política do PSTU tanto para o movimento sindical quanto para as eleições. A candidatura de José Maria não expressa o programa revolucionário e não tem como ser um instrumento para separar os explorados dos partidos burgueses nas eleições. Ressalta a crise de direção e a necessidade de superá-la fortalecendo a construção do POR, marxista-leninista-trotskista.

Como se explica o fracasso do Congresso da Classe Trabalhadora (CONCLAT) de unificação Conlutas e Intersindical

No domingo, 6 de junho, último dia do CONCLAT, a Intersindical e Unidos pra Lutar abandonaram o plenário sem dar nenhuma satisfação. O Movimento Avançando Sindical (MAS), que também havia se retirado, voltou ao plenário e fez a declaração de que “esse congresso não era mais de unificação”. Assim, a Intersindical (CSol, APS e C-Enlace – correntes do PSOL), a Unidos pra Lutar (CST e FOS) e o MAS (presto-estalinista) romperam com o Congresso de unificação. Após a ruptura, decidiu-se pela fundação da central e eleição da executiva, posição defendida pelo PSTU, MTL e MTST. As demais correntes que permaneceram não exigiram votação, embora houvesse divergência, como no caso do Espaço Socialista (ES) que declarou ser contra legitimar o processo sem as forças que constituíram o congresso de unificação.

Esse quadro reflete as contradições que estiveram na base do processo de cisão da CUT, que constituiu a Conlutas e a Intersindical e da tentativa de unificação dos divisionistas. Dois partidos lideraram o caminho da cisão e da unificação – PSTU com a Conlutas e PSOL com a Intersindical. Agregaram-se a eles, movimentos como MTL e MTST, que de uma maneira ou de outra estão sob a influência do PSTU e PSOL. O MAS repre-

senta a fração estalinista que se reivindica do prestismo (Luis Carlos Prestes), notabilizou-se por correr atrás do PDT. Há as correntes de esquerda que foram arrastadas pela aventura do PSTU de cindir a CUT, a exemplo da LBI, LER, que se comportam como seitas.

O PSTU e PSOL, acompanhados de alguns movimentos heterogêneos do ponto de vista de classe e de um amontoado de seitas confusas, imaginaram pôr em pé uma nova central. Não lhes importaram se o movimento da Conlutas/Intersindical estava expressando ou não uma tendência do proletariado de desprezar a CUT, de expulsar a burocracia dos sindicatos e de criar uma nova organização de massa. Nesse ponto todos estavam unidos.

Dos oportunistas às seitas que queriam parir uma “organização soviética”, bastava romper com a CUT, tendo o controle de duas centenas de sindicatos – a maioria de trabalhadores da pequena burguesia – para se edificar uma nova organização de classe, independente e de luta. Criada a Conlutas, pressupunha-se que haveria uma disparada de desfiliação da CUT governamental. O que não se verificou. A grande maioria dos sindicatos operários e os mais estratégicos continuam sob o do-

mínio da burocracia cutista e forcionista. O enorme recuo sofrido pela classe operária nos últimos 20 anos não pesou em nada na avaliação dos dirigentes do PSTU e daqueles que o seguiram de olhos vendados pelo caminho de uma nova organização.

Os dirigentes do PSOL estão isentos dessa crítica uma vez que cindiram a CUT especialmente porque romperam com o PT. Ou melhor, não tem sentido criticá-lo por seu aparatismo eleitoreiro. O fato é mais do que evidente. O PSOL é um ajuntamento de tendências social-democratas de direita e de esquerda, que controla ou tem influência em algumas dezenas de sindicatos. Diferentemente, o PSTU protagonizou a cisão com a CUT em nome da independência, do classismo e do socialismo. Tem o agravante de confundir a política divisionista com o trotskismo.

O que então poderia unir o PSTU e PSOL que têm influência em uma parcela de sindicatos? A luta pela independência organizativa e política dos trabalhadores, como todos proclamaram em suas teses para o Conclat? A necessidade de unir os classistas sob o mesmo teto do socialismo como enfatizaram algumas das tendências? A busca de um programa classista como advogaram outras? Todo tipo de justificativa no campo da independência frente à burocracia e à burguesia era e é permissível e válido. Essa retórica é comum a todos. O que não era válido e permissível era saber se a constituição da Conlutas/Intersindical expressava uma tendência do proletariado de construir uma organização de massa, e se fraturar a CUT, abria de fato caminho para conquistar a unidade organizativa da classe operária.

Uma vez que havia acordo sobre a premissa de que a CUT está burocratizada e estatizada, havia o acordo de que se colocava a formação de uma nova organização. Todos partiam de uma premissa verdadeira e chegavam a uma falsa conclusão. Por que não concluir com a posição de constituir uma fração revolucionária para atuar fora e dentro da CUT, combatendo pela desestatização e desburocratização dos sindicatos e da Central? A solução foi prescrita: cindir a CUT, formar uma Central e trabalhar pela desfiliação dos sindicatos cutistas etc. Assim, o mais extremo oportunismo se uniu ao mais extremo sectarismo sob a tese da ruptura com a CUT como a via de solução do problema da independência organizativa e política dos trabalhadores.

Os partidos que controlam sindicatos – PSTU e PSOL – protagonizaram a cisão com a CUT e se viram com a questão da unificação. Os “movimentos” e correntes de esquerda tiveram de seguir arrastados pelo processo. Todo tipo de absurdo foi colocado na arena montada pelo PSTU/Conlutas e PSOL/Intersindical. Como o de que a unificação deveria se dar sobre um programa. As seitas chegaram a se opor à unificação pela ausência do programa. É como se estivessem fundando um partido. Mas o que de fato se passava era uma junção de aparatos. Aqueles que gritaram que não havia programa e princípios se comportavam quixotesicamente, sem se darem conta de que estavam no mesmo barco e com o mesmo remo da cisão sem princípio e sem programa com a CUT pelo PSTU. Uma divisão sindical causada pela disputa de aparatos jamais permitirá a discussão de programa e de princípios. As seitas procuraram cobrir o bolo confeccionado pelo PSTU com o glacê do programa e dos princípios. As seitas se juntaram ao PSTU para

romper a CUT, com que arma? Com alguns sindicatos sob o seu controle? Não, não têm sindicatos. O que têm, então? O seu esquerdismo inconsequente. Mal conseguem atinar que seguiram a política oportunista, aparatista e divisionista do morenismo. Caso houvesse um processo de choque das massas proletárias e demais explorados com a burocracia e estas caminhassem por constituir uma nova organização de massa, todas essas miudezas não teriam lugar.

A Intersindical/PSOL teve de fazer o jogo da unidade do PSTU até o ponto em que ficou evidente que não teriam o manejo do novo aparato que se pretendia. Não por acaso, a divergência fundamental se deu em torno do nome, se conservaria ou não a sigla Conlutas. O PSTU fez a manobra de compor Conlutas-Intersindical. O MTL a reforçou com o agregado “Central Sindical e Popular”. Caso houvesse acordo, tudo estaria resolvido. Ficariam de fora apenas as seitas cri-cri, com sua Cocep, seu programa etc.

No entanto, o PSOL e o MAS não aceitavam a identidade Conlutas/PSTU. O nome Intersindical estaria na posição de apêndice, o que de certa forma representaria a correlação de força dos aparatos. Certamente, a explicação é outra. A Intersindical foi fraturada em torno da unificação. Uma parte de sua burocracia não aceitou a decisão de constituir um congresso de unificação com a Conlutas. O PCB reforçou a ala rebelde e com ela decidiram manter a Intersindical. Assim, o PSOL desautorizava a utilização da sigla pelo PSTU. Na realidade, o problema não estava na utilização do nome Intersindical e sim na manutenção de Conlutas. O PSTU utilizou um argumento irrefutável. A Conlutas era um patrimônio. Durante cinco anos de sua formação, havia se tornado conhecido, participando das greves e manifestações. Nesse sentido, é claro que a Intersindical é uma obscura organização e ainda por cima dividida. Não haveria, portanto, razão para o PSOL reivindicar a sua bandeira. Ao mesmo tempo, não poderia desfraldar o nome da Conlutas, uma vez que era patrimônio sim, mas patrimônio do PSTU.

Outras divergências poderiam ser digeridas. Originalmente, o PSTU pretendia que os estudantes tivessem 10% da representação, baixou para 5%. Ganhou a votação. Tudo bem. O PSOL e outras organizações queriam que a executiva fosse eleita no Congresso, o PSTU cedeu, desde que a Coordenação fosse garantida com o mesmo critério de funcionamento federativo da Conlutas. Tudo bem. Quanto ao número de 27 membros para compor a executiva, tudo bem. Quanto ao nome. Tudo mal.

Vemos que as explicações da ruptura do Conclat são de acordo com o interessado. O PSTU acusa “bloco Intersindical/Unidos/Mas de não acatarem a democracia do congresso, ou seja, “que as bases decidam as polêmicas”. Acusa-os de violarem uma decisão de conjunto de que o congresso fosse deliberativo. Trocando em miúdos, a acusação significa que o “bloco” abandonou o congresso quando viu que sua divergência de fundo com o PSTU foi derrotada. Pelo transcorrer dos fatos pré-congresso e do congresso, é bem provável que tenha havido um acordo do “bloco” de abandonar a plenária e deixar o PSTU a ver navios. Uma lição, para depois reatarem? Com certeza, para o PSTU, foi uma surpresa desagradável. Terá de renegociar a reconstituição da “unidade”.

A política de cisão da CUT, de unificação com a Intersindical e da criação de uma nova central do PSTU seria coroada com as negociações possíveis e com as vitórias no plenário. As seitas dos cri-cris continuariam saltitantes atrás dos acontecimentos. Uma nova etapa de disputas entre os dois maiores aparatos ajuntados se abriria. O PSOL e seu bloco admitiram esse percurso desde que o PSTU começasse cedendo em sua principal exigência de unificação. Um nome qualquer poderia ser combinado, menos que tivesse o “patrimônio” do PSTU identificado.

A Intersindical, no entanto, acusa o PSTU de usar de sua força hegemônica para impor o impossível de ser aceito. Uma hegemonia considerada de maioria numérica pequena e circunstancial, que foi usada como “método da imposição”, contraposto à “construção coletiva”. A Unidos pra Lutar descobriu que não existe um “ascenso generalizado”, como o que precedeu à formação da CUT, por isso a “reorganização do movimento exige que se deva primar o critério unitário, de consenso (...)” Também acusa o PSTU de possuir uma “maioria circunstancial” e impor “sua política para ‘anexar’ os demais setores.” Rechaça a “disputa de aparatos”.

O que tem a ver a ausência do ascenso com a necessidade de consenso e de critério unitário para construir a nova central (Central Sindical e Popular Classista, nome defendido pela Unidos)? Faltou que a corrente “Unidos” explicasse a conexão. Ou seja, que dissesse que o Conclat reunia partidos, movimentos e correntes que não expressam o proletariado em luta e que os delegados são em sua grande maioria militantes ou ativistas ligados ao PSTU, PSOL etc. Logo, os delegados estão com mandatos imperativos ou quase imperativos, não estando livres para mudar de posição, de serem convencidos pela discussão. Os delegados não expressam o movimento operário vivo, a classe operária em luta, o combate dos camponeses e o ascenso dos demais oprimidos. Se o Conclat expressasse os delegados de fábrica, dos locais de trabalho etc, certamente a direção do movimento pela Central estaria configurada, podendo ter legitimidade real, com maioria real frente às divergências. Mas um Conclat formado por uma maioria de militantes e ativistas que não expressa o proletariado em luta, por um plenário de maioria social pequeno-burguesa, a democracia do voto seria formal. Tratava-se de um Conclat de correntes e aparatos sindicais. Nesse caso, os aparatos deveriam obter consenso, unidade, tolerância etc.

Ninguém mais do que o PSTU necessitava e necessita da unificação e de levantar a bandeira da nova Central. Por que não fez a principal concessão? Por que na disputa de aparato conceder significa perder terreno, enfraquecer-se. Para o PSTU, ou seja para sua política de cisão com a CUT e formação de uma Central, ceder no nome seria a perda de um patrimônio, representaria uma capitulação, principalmente tendo maioria, mesmo que “pequena e circunstancial”. Para a Intersindical/PSOL, aceitar a maioria constituiria igualmente capitulação, bem como para a Unidos significaria “anexação”.

A “Unidos” se refere à disputa de aparatos porque não tem o seu à altura do confronto. O mesmo fazem as seitas em suas notas sobre a ruptura do Conclat. O essencial é acobertado: tanto a Conlutas quanto a Intersindical não expressam uma importante camada do proletariado; a cisão com a CUT é divi-

sionista e aparatista. A ruptura com a CUT e a disputa de aparatos no Conclat devem ser analisados a partir da situação do proletariado. É oportunismo deslavado usar o argumento da falta de ascenso da classe operária para defender que o PSTU não use sua maioria contra o aparato da minoria e dos sem aparato, e não se valer da mesma premissa para reconhecer que a cisão provocada pelo PSTU foi artificial e aparelhista.

Nota-se que nem a PSOL/Intersindical nem o PSTU/Conlutas referem-se à disputa de aparatos. Somente o fazem quem não os tem. As seitas denunciam a “unificação de aparatos” e “não de programa” (LER). Mas desconhecem que seguiram e apoiaram a cisão da CUT pelo PSTU. Ficar na ultra-esquerda levantando a necessidade da unidade programática, opondo-se à unificação com os contra-revolucionários do PSOL, propagandeando um nome tirado do cérebro estreito, acusando o PSTU de aparatista, nada disso ocultará o fato de terem sido arrastadas por detrás da política divisionista e antimarxista. O mesmo ocorre com o sindicalismo oportunista da corrente “Unidos”. Não quer que o PSTU a anexe, mas segue sua linha de divisão da CUT. Ultra-esquerdistas e oportunistas se enfeitam com as bandeiras de Cocep, Ceclat frente a uma disputa de aparatos liderada pelo PSTU.

O Conclat não tinha como constituir uma nova Central porque não expressava um levante da classe operária contra a burocracia e a burguesia. Qualquer que fosse o nome acobertaria a união de aparatos da esquerda pequeno burguesa. Não cabe aos marxistas criar sindicato ou Central quando os explorados não o estão exigindo e dando as condições políticas por meio da luta de classes. Trata-se de atuar nos sindicatos e Centrais como fração revolucionária, por mais burocratizadas que estejam as organizações sindicais. A derrubada das direções colaboracionistas e estatizantes faz parte da tarefa de constituir o proletariado de sua direção revolucionária. Não será cindindo a CUT e criando um novo aparato de esquerda que se derrotará a política da burocracia pró-patronal.

A tese de que se cria uma Central sem a classe operária para fazer um trabalho para canalizá-la no futuro é um artifício que reflete oportunismo aparatista e sectarismo divisionista. As organizações que se digladiam por dar vida a uma nova Central não se dão o trabalho de responder a esse fundamento do marxismo-leninismo-trotskismo. Não se apóiam nas experiências passadas malsucedidas do divisionismo sectário e do divisionismo burocrático. A socialdemocracia e o estalinismo encarnam o divisionismo sindical, em contraposição à diretriz marxista-leninista. Ao seu lado vicejou o esquerdismo, que rejeitava intervir nos “sindicatos reacionários” e que propunha criar novas organizações. Lênin os combateu. Nada de “criar formas novas de organização operária, **inventadas**”. No Programa de ação dos Bolcheviques – Leninistas Franceses, de 1934, vinculada à Oposição Internacional de Esquerda, se orienta a unir todos os sindicatos sob uma “única central”.

A tarefa no Brasil é justamente a de derrotar a burocracia divisionista e superar a fragmentação dos sindicatos em 11 Centrais. O caminho para esse objetivo estratégico passa por cindir a CUT, que resultou do ascenso operário? Ou passa pelo trabalho revolucionário paciente nos sindicatos e na CUT burocratizados? Sair da CUT para juntar correntes de esquerda centrista, reformista, sindicalista e ultra-esquerdista é a via

para quebrar a espinha dorsal da burocracia que mantém sob seu controle a quase totalidade dos sindicatos operários e de trabalhadores? Não seria **inventar uma nova organização**? Não seria deixar a esmagadora maioria dos sindicatos sob a direção dos burocratas pró-capitalistas?

Nenhuma das correntes que compõem a Conlutas e a Inter-sindical se colocou essas questões. Pelo contrário, procuraram desconhecê-las. Obscureceram os fundamentos históricos, econômicos e políticos da burocratização e estatização das organizações sindicais com a conclusão mecânica de que é preciso formar uma nova Central a partir da premissa verdadeira de que a CUT virou “chapa branca”, que eliminou a democracia e que age como freio das lutas. Ao fecharem os olhos para esses questionamentos, não foi possível a nenhuma das correntes do Conclat ir à raiz da divergência em torno do nome, aparentemente secundária, e do abandono da Intersindical da plenária. **O Conclat foi montado para inventar uma nova organização, em contraposição à CUT existente.**

Por trás do nome, armou-se a divergência sobre a concepção da Central. Porém, onde prevalece a junção de aparatos e disputa por seu controle não tem vigência a concepção. A ruptura não se deu sobre concepções opostas. Os prestistas, em sua nota sobre o ocorrido, explica que o PSTU já os havia derrotado na questão de “princípio”, quando alcançou o objetivo de incorporar os estudantes. Estaria assim descaracterizada a Central baseada em sindicatos. A “Unidos” está de acordo com os prestistas. O PSTU descaracterizou o caráter classista da Central ao integrar “setores estudantis e movimentos anti-opressão”. Eis por que é necessário, segundo a Unidos, desenvolver a crítica sobre a concepção. Enquanto o PSTU se prendeu a uma “posição policlassista” para impor sua hegemonia, a Intersindical/PSOL, Unidos e outras correntes formaram um bloco pela Central classista, certamente para quebrar a hegemonia do PSTU. É falso, portanto, que se tratava de duas concepções em confronto.

O PSTU usou o expediente dos estudantes e dos movimentos anti-opressão (das minorias oprimidas) em função do aparato e não da concepção. E a Intersindical, Unidos e MAS estavam em disputa com o PSTU em função de concepção? Apenas na aparência. Sem a incorporação de estudantes e dos movimentos anti-opressão, os opositores teriam melhores condições para se colocar no aparato. Certamente, os movimentos anti-opressão (discriminações, racismo etc) não expressam uma classe, mas os estudantes do movimento universitário expressam a pequena-burguesia. Não restam dúvidas que a esquerda pequeno-burguesa tem distorcido o conteúdo de opressão de classe desses movimentos, dando-lhes uma particularidade corporativa. Os morenistas de distintos matizes são afeiçoados a tais deformações. Portanto, é certo que elas tenham sido projetadas no Conclat. Mas aqueles que pretendiam uma Central baseada nos sindicatos e movimentos populares (sem-teto etc) diluíam o seu conteúdo essencial sob a fórmula genérica de “classe trabalhadora”. Não a concebiam como Central operária, que como tal abarca não só o proletariado mas também os camponeses pobres e as massas pequeno-burguesas urbanas arruinadas. Operária porque expressa a força motriz da luta de classes e da revolução social. Classe trabalhadora era mais adequada para os opositores do PSTU porque o Conclat

expressava uma pequena fração do movimento sindical, com poucos sindicatos operários, sendo que a maioria deles e os mais importantes estavam sob a direção do PSTU.

Não obstante há um aspecto pouco transparente na discussão da concepção. Há um setor reformista – o reformismo se veste de “popular” – que apregoa o definimento da classe operária e o advento de novas camadas de “trabalhadores”. A Central deveria, portanto, expressar a “classe trabalhadora”, na qual o proletariado se acha diluído. Tem-se uma política popular e não proletária. O PSTU centrista se potenciou conquistando algumas dezenas de sindicatos – principalmente o metalúrgico de São José dos Campos, petroleiros de Sergipe/Alagoas – e tomou a iniciativa de liderar a cisão da CUT sem saber onde iria desembocar a Conlutas, mas o norte era uma nova Central. A Intersindical saiu do ventre do reformismo petista e da burocracia cutista, expressa o desgarramento de uma ala do petismo. Traz consigo a negação do proletariado como força motriz da revolução. O sindicalismo antipartidário segue o fluxo da tentativa de reordenação do reformismo pequeno-burguês. De repente, surge um bloco das circunstâncias criadas pelas cisões com a CUT em oposição ao PSTU como se apoiasse sobre princípios classistas. Nada mais falso. O Conclat se despedaçou no último dia de seus trabalhos não porque se delineou duas concepções irreconciliáveis de Central, mas devido aos interesses particulares e mesquinhos de aparato. E assim sucedeu porque a Conlutas e Intersindical não expressam um deslocamento do proletariado contra a burocracia estatizante e contra dominação capitalista. A cisão da CUT e o fracasso da unificação fortaleceu a burocracia estatizante.

Adquira com o distribuidor deste jornal:



Boletim do
**Comitê de Enlace pela
Reconstrução da
IV Internacional**

Publicação trimestral do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional - Versão em Português - R\$ 1,00

Derrotar a ofensiva imperialista contra o Irã

Os Estados Unidos prepararam um conjunto de sanções econômicas contra o Irã, sob a justificativa de que os iranianos estão a caminho de produzir a bomba atômica. Barack Obama fez intensa pressão sobre a Rússia e a China para que concordassem com o encampamento do plano norte-americano de bloqueio comercial ao País. A pretendida aprovação no Conselho de Segurança da ONU do plano imperialista é um primeiro passo para se chegar ao objetivo principal – o cerco ao Irã e a intervenção bélica. O desenvolvimento da ação militar depende da reação do governo persa. O ultimato consiste em o Irã abandonar o projeto atômico independente e submeter-se ao controle tecnológico das potências. Caso o governo persista na autodeterminação, os Estados Unidos poderão usar a força das armas.

A burguesia norte-americana vem combatendo o regime nacionalista desde a Revolução Islâmica. O imperialismo não admitiu perder ascendência sobre o Estado persa e o controle das imensas reservas de petróleo. Inúmeras investidas foram desfechadas contra o Irã, tanto políticas, econômicas, como militares. Potenciou a oposição pró-imperialista, realizou bloqueios comerciais e incentivou ataques de Israel ao País. A mais grave iniciativa foi jogar o Iraque contra o Irã, armando um contra o outro em uma guerra fratricida.

Posteriormente, a invasão do Iraque e a destruição do regime nacionalista de Saddam Hussein objetivava estender-se para as fronteiras do Irã. George W. Bush tinha um plano mais amplo de controle regional. Irã,



Iraque e Síria eram e são obstáculos à livre movimentação dos Estados Unidos e demais potências no Oriente Médio. São responsabilizados por alimentarem a resistência palestina e libanesa ao expansionismo de Israel. Os governos e burguesias desses países não foram devidamente adestrados, como nos demais países árabes, cuja subserviência aos ditames dos Estados Unidos é sem paralelo histórico. O nacionalismo burguês das três ovelhas negras, a luta dos palestinos e o fracionamento do Líbano emergem como obstáculos às necessidades econômicas e estratégicas do imperialismo norte-americano e da manutenção do Estado sionista que, por sua vez, necessita ocupar mais território. Está aí por que a guerra e a invasão do Iraque fizeram parte dos cálculos estratégicos da burguesia ianque.

No entanto, a heroica resistência de parte do povo iraquiano ultrapassou o esperado. Nesse mesmo quadro, Bush enviou a máquina de guerra dos Estados Unidos para destruir o governo do Taleban no Afeganistão, sob a justificativa de combater o terrorismo mundial. As tropas internacionais de intervenção também se depararam com a pujante resistência dos afegãos. A abertura de mais uma frente bélica e as imensas dificuldades em vencer rapidamente as forças oponentes, bem como organizar governos títeres, impossibilitaram que os Estados Unidos partissem para a guerra contra o Irã. O prolongamento das duas frentes de intervenção e da instabilidade dos governos prepostos, mergulhados num mar de corrupção e crime, manifestou-se como derrota do imperialismo. A situação não se equilibrará. Pelo contrário, agravou-se.

A derrota dos republicanos nos Estados Unidos se deveu em parte às dificuldades do intervencionismo bélico no Iraque e Afeganistão. Os democratas voltaram ao poder com a bandeira

Greve do judiciário completa 50 dias com radicalização e aumento da adesão

Nos dois últimos números do Massas, fizemos um balanço parcial da greve deflagrada no dia 28/04. Paramos na assembléia do dia 19/05, onde a maioria das associações tentou pôr fim à greve, mas a categoria passou por cima de suas posições e aprovou continuar a greve e realizar outra assembléia no dia 26/05.

Assembléia de 26/05 - Nessa assembléia, as direções da greve informaram que não havia nenhuma novidade em relação às várias “medidas judiciais cabíveis” que as associações entraram em função da campanha terrorista do TJ contra a greve, que o tribunal continuava intransigente e com as portas fechadas para qualquer negociação em torno das reivindicações. A única novidade era que o governo havia entrado com uma ação (Ação Direta de Inconstitucionalidade) no STF contra a possibilidade de o tribunal de justiça de São Paulo julgar a ação do dissídio, revelando que o próprio governo estava preocupado com a greve. Se na assembléia de 19/05 a maioria das associações defendeu o “estado de greve”, ou seja, o fim da greve, algumas delas recuaram em suas posições na assembléia de 26/05. Foi dito que “discutiram melhor” e que “conversando com outras pessoas” chegaram à conclusão de que “era como começar uma nova greve dentro da greve”. Outras, que também defenderam o fim da greve anteriormente, simplesmente ficaram “atrás da moita”, provavelmente esperando outra oportunidade para mostrar de que lado estão. Quem se arriscou a defender o fim da greve abertamente tomou uma grande vaia.

A Corrente Proletária denunciou escrevendo que, na verdade, o tribunal e o governo estavam agindo de mãos dadas, fazendo um jogo de empurra-empurra, combinando as ações terroristas (descontos, ameaças de multas, parecer dizendo que a greve era ilegal etc.) com o jogo de liminares para vencer o movimento grevista, sem ter de atender às reivindicações. Reforçou a necessidade de defender a greve lembrando as principais reivindicações e de potencializar e radicalizar a greve.



Ocupação do Tribunal de Justiça (acima) foi seguida pela ocupação do Fórum João Mendes



Assembléias massivas com passeatas mantêm a greve

Indicou que era necessário aprovar um comando de greve composto por trabalhadores de base, com poder deliberativo, juntamente com as associações, aprovar o fundo de greve, ocupar prédios públicos, fazer grandes passeatas, fechar ruas e avenidas e buscar a unidade com o conjunto do funcionalismo público. A assembléia ficou firme, aprovou a continuidade da greve por maioria absoluta e a realização de mais uma assembléia no dia 02/06.

TJ intensifica sua campanha terrorista contra a greve - Com o objetivo de enfraquecer e desmontar a greve, o TJ intensificou sua campanha terrorista ao tentar intimidar os grevistas, orientando, via Diário da Justiça Eletrônico, os diretores de cartório a seguirem à risca o conteúdo da resolução 520/2010, ou seja, que “as faltas em decorrência da participação de servidores... em movimento de greve ensejarão o desconto de vencimento...” e que não poderiam ser objeto de “compensação, nem mesmo com o saldo de banco de horas; abono; cômputo de tempo de serviço ou qualquer vantagem que o tenha por base”.

Na assembléia do dia 02/06, categoria radicaliza e ocupa o Palácio da Justiça - Nesta assembléia, novamente as direções informaram que não havia nenhuma novidade com relação às ações que elas entraram contra o TJ e que este estava intransigente em não querer atender as reivindicações. Depois de alguns discursos reforçando a necessidade da greve, a assembléia decidiu, por unanimidade, manter a greve e realizar outra assembléia no dia 09/06. Logo depois, os manifestantes dirigiram-se rapidamente para o Palácio da Justiça, onde aproximadamente 200 grevistas ocuparam o 5º andar do prédio, enquanto os demais cercaram o edifício, deixando a alta cúpula do judiciário paulista sitiada por mais de 7 horas.

Grevistas exigem a revogação da resolução 520/2010 - Tendo como exigência a imediata abertura das negociações em torno das reivindicações, cujo principal item é a reposição salarial, os manifestantes também passaram a exigir a revogação da resolução 520/2010, através da qual o TJ inicia sua campanha terrorista contra a greve.

TJ fracassa em sua tentativa de usar a força para acabar

com a ocupação - Só quando o 5º andar do prédio já estava ocupado e quando os grevistas passaram a repetir algumas palavras de ordem do movimento como “Viana é culpa a sua, a greve continua”, foi que os seguranças perceberam a movimentação. Ao ser acionado, o comando da PM percebeu que se tratava de uma ação coletiva e com um grau de radicalização significativo. Apesar disso, as ameaças de uso da tropa de choque foram feitas. Como os manifestantes decidiram resistir com a preparação e organização de correntes humanas, sentando-se e deitando-se no chão, a possibilidade de uso da força foi substituída pela proposta de desocupação voluntária dos manifestantes em troca de um “vou ver o que posso fazer para que uma comissão seja recebida”. A proposta foi rechaçada e o impasse continuou.

Associações aprovam a desocupação com ajuda de um desembargador e três deputados - Como o presidente do TJ se recusou a receber uma comissão de negociação enquanto não houvesse a desocupação, foi dado o informe de que três deputados estavam se dirigindo ao local para tentar intermediar uma negociação. Depois de algumas horas com um representante do TJ e os três deputados, as associações apresentaram uma proposta em forma de dois pontos. 1 – seria instalada uma “mesa de negociação” a partir do dia 07/06 com o TJ, intermediada pelos deputados ali presentes para tratar da reposição salarial. 2 – A resolução 520/2010 seria reapreciada pelo pleno de desembargadores no dia 09/06. Depois de vários discursos inflamados em favor da aceitação da proposta, inclusive dos deputados, os manifestantes, já vencidos pelo cansaço, sem comida, água e até mesmo proibidos pela polícia de usar o banheiro público do prédio, votaram e aprovaram, por maioria, a desocupação e juntaram-se aos demais grevistas que estavam aguardando do lado de fora e assim encerraram a manifestação por volta das 10h da noite. Nessa assembléia, a Corrente



Ocupação do Tribunal de Justiça durou até às 22h e fez com que juízes ficassem impossibilitados de saírem do prédio

Proletária/POR defendeu que não bastava simplesmente manter a greve, que era preciso avançar na radicalização, ganhar as ruas com ações massivas, ocupar prédios públicos etc. para poder alcançar o atendimento das reivindicações.

Assembléia de 09/06 - Depois de ocupar o palácio da justiça no dia 02/06, a categoria decidiu avançar na radicalização da greve e realizar mais uma ocupação. Desta vez, o alvo foi o João Mendes, maior prédio forense da América Latina. A ocupação, que durou 44 horas, teve início durante a assembléia e só terminou no dia 11/06, por decisão dos próprios grevistas. As consequências foram imediatas: 1 – a greve saiu do isolamento em que se encontrava, sendo amplamente divulgada pela grande imprensa. 2 – a adesão aumentou significativamente onde vários prédios, cuja paralisação ainda era pequena, simplesmente fecharam as portas. 3 – o tribunal foi obrigado a sus-

A luta política da Corrente Proletária durante a greve

Publicamos parte da sequência dos boletins da greve do Judiciário, cuja experiência tem sido muito importante para o conjunto dos trabalhadores. A ocupação do Fórum João Mendes, que seguiu a ocupação do Palácio da Justiça, indica a evolução do método de luta da ação direta frente à inflexibilidade do TJ e do governo em atender as reivindicações mais elementares dos assalariados do judiciário. O fechamento e o cerco imposto pelo TJ aos ocupantes do Fórum João Mendes, cortando-lhes água e a comida, refletiu o totalitarismo e o barbarismo do TJ. Evidenciam a ausência do direito de greve e de manifestação coletiva. Os trabalhadores sustentam uma greve que atingiu 50 dias diante de um poder patronal violento e reacionário. Está claro que o chamado Estado de Direito serve apenas às relações políticas da classe burguesa. Não cabe no Estado de Direito e na democracia capitalista o direito elementar de greve, o que quer dizer o direito de defender as condições de existência dos assalariados. O POR atua na greve procurando potencializá-la na luta coletiva, única via para quebrar a inflexibilidade autoritária do governo e do Judiciário.

Boletim Judiciário 26/05/2010

SÓ A MANUTENÇÃO E RADICALIZAÇÃO DA GREVE GARANTIRÃO O ATENDIMENTO DAS REIVINDICAÇÕES

Na assembléia de 19/05, as direções da greve informaram que o desembargador relator do processo do dissídio “decretou a greve ilegal” e que o sindicato seria multado. Em razão disso, o pelego do sindicato soltou um comunicado dizendo que estava fora da greve. Informaram também que as asso-

ciações iriam entrar com várias ações judiciais (mandados de segurança, agravos, pedido de prevenção etc.) contra o desembargador/reator e o tribunal. Quanto à reunião ocorrida naquele mesmo dia (19/05) com o TJ, foi dito que o processo do dissídio teria seu “andamento normal como peça jurídica” e

que os prazos teriam que ser cumpridos.

Disseram ainda que era preciso “aguardar os procedimentos jurídicos” que as associações estavam encaminhando ao STF.

Dados os informes, encaminharam que os representantes das associações iriam falar em nome de suas bases sobre a continuidade ou não da greve.

Nos discursos falaram que “a assembléia devia votar com consciência”, que só continuariam na greve em respeito às suas bases, que “tinha que sair unido” (sic), que “nossa infelicidade foi encontrar um desembargador relator contrário ao dissídio”, que “a decisão do dissídio poderia demorar meses”, que “a greve não faz pressão sobre o andamento do dissídio”, que “tinham várias peças jurídicas em andamento” etc.

Ou seja, quase todos os discursos foram no sentido de encerrar a greve naquele mesmo dia.

Como uma grande parcela da assembléia estava disposta a manter a greve, não defenderam o seu fim abertamente. Disseram apenas que “eram pelo estado de greve”.

Mesmo aqueles que discursaram em favor da continuidade da greve, disseram que “apesar das dificuldades, eram pela manutenção até quarta” (26/05), e “pela continuidade até quarta em respeito à assembléia”, que nesse meio tempo “as associações estariam fazendo os recursos junto ao STF”, e que iriam “buscar em Brasília urgência em seus pedidos” concluindo que afinal “nós temos direitos”.

Boletim Judiciário 08/06/2010

AVANÇAR NA RADICALIZAÇÃO DA GREVE PARA ALCANÇAR O ATENDIMENTO DAS REIVINDICAÇÕES

Na assembléia do dia 02/06, as direções da greve informaram que não havia nenhuma novidade em relação às “medidas judiciais cabíveis” que elas entraram contra o TJ e que este estava intransigente em não querer atender as reivindicações da categoria. Depois de alguns discursos reforçando a necessidade de continuidade da greve, a assembléia decidiu, por unanimidade, manter a greve e realizar outra assembléia no dia 09/06, às 14h, na Praça João Mendes.

TJ intensifica sua campanha terrorista contra a greve

Com o objetivo enfraquecer e desmontar a greve sem ter que atender as reivindicações da categoria, o tribunal intensificou sua campanha terrorista ao tentar intimidar os grevistas, orientando, via D.O., os diretores dos cartórios a seguirem a risca o conteúdo da resolução 520/2010. Ou seja, que “As faltas em decorrência da participação de servidores... em movimento de greve ensejarão o desconto de vencimentos...” e que não poderiam ser objeto de “compensação, nem mesmo com o saldo do banco de horas; abono; cômputo de tempo de serviço ou qualquer vantagem que o tenha por base”.

Categoria radicaliza e ocupa palácio da justiça

Diante da postura intransigente do TJ e de sua campanha terrorista, a resposta dada pela categoria foi a radicalização da greve. Depois de decidir pela continuidade da greve, os grevistas dirigiram-se rapidamente para o palácio da justiça, onde aproximadamente duzentos grevistas ocuparam o 5º andar do

Como vimos, as direções transformaram o movimento grevista em mero expectador das “peças jurídicas” e colocaram a greve em segundo plano para depois tentar enterrá-la de vez. Mesmo sem nenhuma reivindicação atendida e até mesmo sem nenhuma negociação em torno dos dias parados, a maioria das associações defendeu o fim da greve. Diante da campanha terrorista do tribunal contra a greve, avisaram: “não se esqueçam, assim como o sindicato saiu, outras associações também poderão sair”.

Este é o resultado da implementação da política legalista das associações: a greve foi levada para o dissídio, que não defende a reposição já. Propõe apenas que nossa reposição seja incluída em forma de projeto de lei no orçamento do próximo ano. O fato é que as “entidades” colocaram o movimento grevista inteiramente nas mãos do TJ/Governo.

Não podemos permitir que a campanha salarial/2010 seja enterrada. É preciso corrigir o rumo do movimento grevista.

A resposta à intransigência e à campanha terrorista do TJ contra a categoria deve ser a radicalização da greve, através da ação direta (ocupação de prédios públicos, ruas, avenidas, passeatas etc.).

PELO IMEDIATO ATENDIMENTO DAS REIVINDICAÇÕES!

NADA DE ACREDITAR EM MEDIDAS ILUSÓRIAS!

MANTER E RADICALIZAR A GREVE!

prédio, enquanto os demais manifestantes cercaram o edifício, deixando a alta cúpula do judiciário paulista sitiada por mais de sete horas.

Grevistas exigem a revogação da resolução 520/2010

Tendo como exigência a imediata abertura das negociações em torno das reivindicações da categoria, cujo principal item é a reposição salarial, os manifestantes também passaram a exigir a revogação da resolução 520/2010, através da qual o tribunal iniciou sua campanha terrorista contra a greve.

TJ fracassa em sua tentativa de usar a força para acabar com a ocupação

Só quando o 5º andar do prédio já estava ocupado e quando os grevistas passaram a repetir algumas palavras de ordem do movimento como “Viana a culpa é sua, a greve continua”, e “Viana, Viana, cadê a nossa grana”, foi que os seguranças perceberam a movimentação. Ao ser acionado, o comando da PM percebeu que se tratava de uma ação coletiva e com um grau de radicalização significativo. Apesar disso, as ameaças de uso da tropa de choque foram feitas. Como os manifestantes decidiram resistir, com a preparação e organização de correntes humanas, sentando-se e deitando-se no chão, a possibilidade de uso da força foi substituída pela proposta de desocupação voluntária dos manifestantes em troca de um “vou ver o que posso fazer para que uma comissão seja recebida”. A proposta foi rechaçada e o impasse continuou.

Associações aprovam a desocupação com ajuda de um desembargador e três deputados

Como o presidente do TJ se recusou a receber uma comissão de negociação enquanto não houvesse a desocupação, foi dado o informe de que três deputados estavam se dirigindo ao local para tentar intermediar uma negociação. Depois de algumas horas reunidas com um representante do TJ e três deputados, as associações apresentaram uma proposta em forma de dois pontos: 1 - seria instalada uma mesa de negociação" a partir do dia 07/06 com o TJ, intermediada pelos deputados ali presentes para tratar da reposição salarial. 2 - A resolução 520/2010 seria reapreciada pelo pleno de desembargadores no dia 09/06. Depois de vários discursos inflamados em favor da

aceitação dessa proposta, inclusive dos deputados. Os manifestantes, já vencidos pelo cansaço, sem comida, água e até mesmo proibidos pela polícia de usar o banheiro público do prédio, votaram e aprovaram, por maioria, a desocupação e juntaram-se aos demais grevistas que estavam aguardando do lado de fora e assim encerrar a manifestação. Esta rica experiência demonstrou, na prática, que não basta apenas manter a greve. Que é preciso avançar na radicalização da greve, ganhar as ruas com ações de massa, ocupar prédios públicos etc. para poder alcançar o atendimento das reivindicações.

**PELA REVOGAÇÃO TOTAL DA RESOLUÇÃO 520/2010
AVANÇAR NA RADICALIZAÇÃO ATÉ A VITÓRIA PELO
ATENDIMENTO DAS REIVINDICAÇÕES IMEDIATAMENTE**

Boletim Judiciário 10/06/2010

TODA FORÇA À GREVE DOS JUDICIÁRIOS. TODO APOIO À OCUPAÇÃO DO FÓRUM JOÃO MENDES

Aos trabalhadores e à população

Depois de 43 dias de greve, de 43 dias de intransigência do TJ e 43 dias de inércia da direção sindical, os trabalhadores decidiram ocupar o prédio da João Mendes e bloquear as atividades do Fórum. A medida objetiva mostrar ao TJ que os grevistas não estão se sacrificando para nada, que a greve é necessária e que o descontentamento dos assalariados é generalizado.

Ninguém faz greve por fazer; ninguém ocupa o Fórum por ocupar. A greve é mais do que justa, é necessária para defender a vida dos trabalhadores do judiciário.

Não é possível que os altos escalões do sistema judiciário recebam uma fábula, enquanto que a imensa maioria mal ganha para sobreviver.

Não é possível que uma elite graúda da cúpula tenha privilégios aristocráticos, enquanto nós, que suportamos o peso diário do trabalho, temos de arcar com 40% de perdas acumuladas.

Não é possível que depois de mais de 40 dias e greve o TJ não atende as reivindicações e impõe a medida terrorista de cortar o ponto.

Não é possível que depois desocuparmos o Palácio da Justiça com a promessa de negociação, o TJ não cumpre sua palavra e passa a reprimir ainda mais os grevistas.

Por todas essas razões, a assembléia decidiu pela ocupação do Fórum João Mendes. Procuramos, por meio da democracia

dos trabalhadores, usar nossa força coletiva. Os assalariados não têm outro recurso para se defender da exploração capitalista senão a greve, bloqueios, ocupações etc.

Nesse exato momento, os funcionários da USP também estão com o prédio da Reitoria ocupado. E por quê? Porque a Reitoria e o governo decidiram dar reajuste para os professores e negar o mesmo índice para os funcionários, fazendo uma odiosa diferenciação. Depois de um mês de greve, com os pontos cortados, os grevistas decidiram pela ocupação.

Pouco tempo antes de nossa greve, os professores estaduais fizeram uma greve, com manifestações de rua com 20, 30 mil grevistas.

Em todos esses casos, temos o governo oprimindo o funcionalismo. Temos o governo atacando as condições de trabalho. Temos o governo esticando as greves, para derrotá-las pelo cansaço e repressão.

Nosso ponto fraco está em que devíamos fazer uma greve unitária e geral do funcionalismo. O governo e autoridades aproveitam nossa divisão e o corporativismo das direções sindicais para quebrar os movimentos isolados. Mas aqui estamos nós em luta para vencer.

Que o TJ atenda imediatamente as reivindicações!

Fim da repressão!

Revogação da resolução 520/2010!

Pelo direito irrestrito de greve!

Boletim Judiciário 16/06/2010

OCUPAÇÕES DO PALÁCIO DA JUSTIÇA E JOÃO MENDES INDICAM O CAMINHO PARA POTENCIAR A GREVE

Depois de ocupar o Palácio da Justiça no dia 02/06, deixando a alta cúpula do judiciário paulista sitiada por mais de sete horas, a categoria decidiu avançar na radicalização da greve e realizar mais uma ocupação. Desta vez o alvo foi o João Mendes, maior prédio forense da América Latina. A ocupação que durou dois dias, teve início durante a assembléia do dia 09/06, quarta-feira e só terminou no dia 11/06, por decisão dos próprios grevistas. As consequências foram imediatas: 1 - a greve saiu do isolamento em que se encontrava, sendo amplamente divulgada pela grande imprensa. 2 - a adesão aumentou significativamente, basta ver que vários

prédios, cuja paralisação ainda era pequena simplesmente fecharam as portas. 3 - o tribunal foi obrigado a suspender os prazos processuais.

Intransigência da cúpula do TJ ainda não foi quebrada

Apesar da greve da categoria estar completando cinquenta dias. Apesar de os trabalhadores já terem realizado vários atos massivos em frente ao palácio da justiça e ocupado os prédios do Palácio da Justiça e do João Mendes, como descrevemos resumidamente acima, a intransigência do tribunal ainda não foi quebrada.

TJ cumpre, fielmente, a política de arrocho salarial do governo

Mas porque tanta intransigência? Alguém pode perguntar. Será que é pura maldade? vaidade pessoal? A resposta é não. A explicação está no fato de que o TJ está cumprindo, fielmente, a política de arrocho salarial do governo. Trata-se de destruir as condições de vida da maioria dos trabalhadores, em especial os servidores públicos através da redução salarial e do quadro de funcionários e redirecionar o dinheiro ao pagamento dos altos juros das dívidas públicas, aumento das regalias da casta burocrática (magistratura), corrupção, etc.

Jogo de empurra-empurra faz parte da política do tribunal e do governo em não ceder minimamente às reivindicações da categoria

Os trabalhadores do judiciário sabem perfeitamente que a defasagem salarial da categoria é muito maior que os 20,16% que estão reivindicando na greve. Até o próprio tribunal reconheceu (Folha de S. Paulo-15/06/09) que depende de uma esmola para dar o reajuste. Na verdade, ambos estão unidos num jogo

de empurra-empurra onde “O tribunal diz que é problema do governo, e o governo, que isso é entre judiciário e servidores”, como disse o próprio representante do TJ. O fato é que o tribunal e o governo querem derrotar a greve sem ter que atender minimamente as reivindicações da categoria, mesmo que não passem de uma “esmola”. O que o TJ não diz é que para a magistratura não falta dinheiro e nem necessidade de esmolar.

A resistência dos trabalhadores

Portanto, fazer e radicalizar ainda mais a greve, são medidas necessárias e objetivam mostrar ao tribunal/governo que os trabalhadores não estão se sacrificando à toa. A greve é mais do que justa. Não é possível aceitar que uma fábula de dinheiro seja destinada às mordomias do alto escalão do judiciário, enquanto a maioria mal ganha para sobreviver. Não temos outro recurso, a não ser combater a exploração com o aumento e radicalização da greve, através dos piquetes em todos os prédios, bloqueios de ruas, avenidas e ocupações de prédios.

PELA INTENSIFICAÇÃO E RADICALIZAÇÃO DA GREVE ATÉ A VITÓRIA

Ceará-Mirim/RN

Trabalhadores boicotam as empresas Dunas e Oceano

No dia 14 de junho, os trabalhadores de Ceará-Mirim/RN realizaram um boicote às empresas de ônibus Dunas e Oceano. O problema é que os proprietários destas empresas retiraram a linha que vai até a Ribeira, centro da capital (Natal), alegando prejuízos. Dizem os proprietários que os ônibus vão com pouca gente e grande parte são de idosos e estudantes que são isentos ou pagam metade da passagem, respectivamente. Assim, para chegar ao centro da capital, a grande maioria dos trabalhadores do município precisa pegar duas conduções até o seu trabalho.

Como o Município é parte da grande Natal, muitos trabalhadores moram em Ceará-Mirim e trabalham em Natal. A retirada desta linha conduz a uma diminuição dos salários uma vez que ficam os trabalhadores obrigados a pegar dois ônibus para chegar ao centro da capital.

O argumento dos proprietários da Dunas e da Oceano não constituem em verdade. Quando se calcula o preço da passagem inteira de ônibus, incluem-se em seus cálculos a isenção aos idosos e a meia passagem estudantil. Portanto, quem paga a passagem dos idosos e complementa a passagem dos estudantes são os próprios usuários e não as empresas. Em cada passagem inteira está incluída uma parte da passagem dos idosos e dos estudantes.

Além disso, nos horários de pico – início da manhã quando os trabalhadores estão indo para o emprego e no fim da tarde quando estão voltando – os ônibus circulam com uma média de 120 pessoas. Fazendo uma média por todo o dia, chega-se a cerca de 40 pessoas. Ou seja, cobre os horários em que os ônibus andam com pouca gente.

O DER é comandado pelos empresários

Há empresários de ônibus interessados em assumir a linha

que os proprietários da Dunas e da Oceano negam-se a fazer, alegando prejuízos. Ora, se desse realmente prejuízo teriam outras empresas capitalistas interessadas em fazer o percurso? Está claro o engodo destes burgueses da Dunas e Oceano.

O DER (Departamento de Estradas e Rodagem) órgão do governo do Estado é responsável pela licitação e fiscalização das linhas de ônibus. No entanto, não está sob influência dos capitalistas.

Os empresários de ônibus distribuem as linhas entre si evitando a concorrência. Colocam ônibus precários para a população e o DER não fiscaliza. Cortam horários como em Ceará-Mirim e o DER diz desconhecer estas atitudes. É claro, não fiscaliza. Na verdade, o DER não fiscaliza porque defende os empresários de ônibus. Quando os taxistas de Ceará-Mirim começaram a fazer a linha da Dunas e da Oceano (até a Ribeira), os empresários acionaram o DER e este multou e apreendeu carro de taxistas. Quando são os ônibus, o DER é omissivo, quando são os taxistas ele fiscaliza. Afinal, de que lado está o DER? Dos empresários de ônibus contra os trabalhadores taxistas em particular e os trabalhadores que precisam chegar até a Ribeira em geral.

O boicote e a audiência na governadoria

Durante mais de 3 horas nenhum trabalhador de Ceará-Mirim pegou ônibus da Dunas e da Oceano. O boicote foi um sucesso e contou com a adesão de todos os trabalhadores que não forçaram subir nos ônibus. A revolta da população trabalhadora é muito grande. Um ônibus de cada empresa teve seu pneu furado.

Participaram da atividade o MST, o POR, PSTU, Sinte Regional de Ceará-Mirim, trabalhadores da educação, estudantes da educação básica e universitária, membro do DCE da UFRN

da Coordenação dos Movimentos Sociais e outras diversas categorias que se uniram ao movimento no ato de sua realização. A responsabilidade do ato foi do Comitê de Luta pelo Transporte Público em Ceará-Mirim.

Depois os trabalhadores dirigiram-se até a governadoria em Natal e tiveram uma audiência com o chefe do gabinete civil, secretário do Governo do Estado e o diretor geral do DER. A presença do diretor do DER demonstrou a força e a repercussão da luta dos trabalhadores de Ceará-Mirim.

A postura do PSTU

O PSTU dirige o Sinte regional de Ceará-Mirim. Eleito em um pleito onde foi chapa única. A Corrente Proletária na Educação (POR), depois de três mandatos seguidos à frente da Regional, decidiu passar um período fora da direção do Sinte. Foi uma decisão política, fruto do nosso pouco número de militantes, e não por causa de qualquer traço de sindicalismo ou burocratismo.

Os membros do morenismo (PSTU) chegaram na atividade quando tudo já estava resolvido: os ônibus com pneus furados e os trabalhadores já decididos a participar do movimento.

O Sinte de Ceará-Mirim não participou da organização do movimento. Não divulgou, não esteve na reunião de organização e nada fez diante do problema enfrentado pelos trabalhadores da cidade. Ao contrário, dificultou o apoio financeiro, não participou do Comitê de Luta e não foi à governadoria. A alegação é que tinha atividades administrativas do Sindicato a encaminhar. Porém, no dia do ato, falou à vontade, criticou o prefeito, os empresários e postou-se como grande lutador.

Uma vergonha para o trotskismo

O PSTU envergonha a bandeira do trotskismo. Os morenistas oportunistas demonstram que nada têm a ver com o marxismo revolucionário. Diante de um movimento de massas, os

Fortaleza/CE

População rebela-se no Terminal da Parangaba contra caos do transporte público!!

**A responsabilidade é inteiramente da Prefeitura do PT e dos empresários (Sindiônibus)!
Repudiar a ação covarde da Guarda/PM contra os trabalhadores e usuários!!**

Ontem, pela manhã, o Terminal da Parangaba foi palco de uma verdadeira sublevação popular contra o caos em que tem se transformado o sistema integrado de transporte de Fortaleza. Uma multidão enfurecida quebrou janelas e secou pneus, bloqueou entradas do terminal e saiu às ruas vizinhas, tentando parar o transporte na cidade.

“Ninguém entra e ninguém sai” era o que gritava a população quando bloqueou uma das entradas do terminal com as defesas metálicas que servem para organizar as filas. A polícia retirou as grades e ordenou a dispersão dos usuários. Estes não se intimidaram e resolveram sentar no chão e manter bloqueada a entrada. Foram recebidos com tiros e cassetetes por parte da Guarda Municipal e Batalhão de Choque da PM, braço armado dos Empresários/Prefeitura (burguesia). O conflito deixou muitos feridos, além de 5 detidos que foram autuados por desacato.

trotskistas dão prioridade. Qualquer outra atividade está abaixo do movimento de massa. Os membros do PSTU do Sinte regional não entendem o ABC do marxismo. Na verdade, são burocratas sindicais com palavreado socialista.

Alegam dificuldades financeiras para bancar o movimento social dos trabalhadores. Mas enviou delegados ao Congresso da Conlutas e para o Conclat com a Intersindical. E só escolheu os delegados em assembleia da categoria devido à pressão do POR/Corrente Proletária na Educação, que o denunciou no encontro passado da Conlutas onde foram sem aprovação da categoria. Ou seja, manejam o dinheiro do Sindicato para os seus interesses políticos e não para o movimento dos trabalhadores. O que prova que a sua política não está em coerência com o movimento dos trabalhadores e, sim, em direção oposta.

Participação do POR

O POR impulsionou a organização do Comitê de Luta pelo Transporte Público mobilizando dezenas de trabalhadores na preparação do boicote; esteve à frente do movimento no dia coordenando o bloqueio da BR pelo MST na queima de pneus, a conscientização dos trabalhadores presentes nos pontos de ônibus e na ida à governadoria. Respondemos à necessidade dos trabalhadores com organização e luta coletivas e demonstramos que a política revolucionária não se faz com discursos demagógicos mas com disposição de enfrentamento, de ações diretas.

Esta atividade apenas foi o início da luta do Comitê. Não descansaremos enquanto não conquistarmos nossas reivindicações. A luta de massas radicalizará conforme os empresários e governo demorem na resposta positiva as reivindicações dos trabalhadores. Aos trabalhadores, cabem potenciar a organização revolucionária (POR) para aumentar sua força política.



O que diz a Prefeitura sobre o incidente?

O diretor da Guarda Municipal, Arimá Rocha, e o Presidente da ETUFOR, Ademar Gondim, representantes da Prefeitura e caluniadores a serviço dos donos da cidade, não aceitaram que a revolta tenha sido espontânea. Chagaram a acusar o SINTRO, que logo desmentiu a afirmação, e insinuaram que “houve uma ação organizada e política” (O Povo 17/06). Estes burocratas não admitem entender que a população pobre, cansada de tanto trabalho e tão baixos salários possa agir por si só e explodir em fúria contra aqueles que a humilham todos os dias nos terminais. Estes senhores são capangas da burguesia.

O que dizemos nós do Partido Operário Revolucionário – POR?

A superlotação dos ônibus, a tarifa cara, a superexploração de motoristas e cobradores, o sucateamento dos terminais são um flagrante desrespeito à população pobre, usuária do sistema, e aos trabalhadores rodoviários, que neste momento fazem uma justa greve por melhorias salariais. Estes são os reais motivos da revolta dos que estavam ontem no Terminal da Parangaba. Enquanto os empresários faturam centenas de milhões por ano, são os explorados aqui em baixo que têm de amargar o duro cotidiano de encarar o caótico sistema de transporte. Fortaleza é refém do cartel chamado Sindiônibus! A violenta reação da guarda municipal e da PM, com mais odiosa e truculenta repressão, é a forma natural de como a Prefeitura e o Estado tratam aqueles que questionam o poder dos empresários. Tudo isso com a cumplicidade da Câmara de Vereadores e Assembléia Legislativa, preocupados em traficar o dinheiro dos cofres públicos e articularem suas alianças eleitorais para manterem-se parasitando às custas do trabalhador.

Pela total e irrestrita solidariedade aos feridos e agredidos!

Bruno Frota, estudante de geografia da UECE, e outra estudante foram ameaçados de prisão se não se calassem já que estavam em bate boca com o sargento Valdecy contra a sua

Todo apoio à greve dos trabalhadores rodoviários! Unir rodoviários e população em um só movimento contra a falência do sistema de transporte e o aumento da passagem

A greve dos rodoviários de Fortaleza completa três dias. A paralisação dos trabalhadores reivindica a reposição das perdas salariais acumuladas em mais de 10 anos. Os rodoviários hoje ganham menos da metade do que ganhavam dez anos antes, trabalham uma jornada que chega a 10 horas diárias e vivem expostos a todos os problemas de violência, além da repressão e assédio moral nas empresas. Os empresários se recusam a atender as reivindicações e sequer respeitam a frota de greve definida pela justiça (70% e 50%)

Empresários e Prefeitura do PT são os verdadeiros inimigos da população

A população pobre que utiliza os terminais de ônibus sabem mais do que ninguém do caos do transporte público na cidade. A ETUFOR (Prefeitura) e o Sindiônibus controlam o sistema de transporte que lucra mais de 250 milhões por ano.



ação vergonhosa.

Francisco José Rodrigues, trabalhador, foi lesionado na cabeça, e ficou completamente ensanguentado. Também um adolescente de 15 anos, não identificado, foi ferido na mão e cabeça por participar da revolta no Terminal.

Thiago de Souza Moura (estudante de História da UFC), mesmo imobilizado, foi covardemente agredido com socos e cacetetes no abdômen em uma sala do segundo andar do terminal, que há muito tem servido à Guarda como câmara de tortura.

A estes trabalhadores/estudantes, o POR manifesta plena solidariedade!

- Unir rodoviários e população pobre em um só movimento contra os empresários e caos do transporte!
- Estatização do sistema de transporte sob controle dos trabalhadores e usuários!
- Todo apoio à greve dos rodoviários! Pelo atendimento imediato de todas as reivindicações (45% de reajuste, fim da dupla função nos microônibus, vale-refeição e cesta básica dignos)
- Construir o Partido Operário Revolucionário – POR! Em defesa da Revolução Proletária e do Socialismo!

Este LUCRO dos empresários se dá às custas do sofrimento dos trabalhadores usuários do sistema que têm de pagar uma passagem cara para ter acesso a poucos ônibus superlotados e atrasados e a imensas filas nos sucateados terminais da cidade.

Empresários querem aumentar a passagem: Abaixo o aumento de tarifa! Passe Livre para estudantes e desempregados!

Pela estatização do transporte sob controle dos trabalhadores!

Pelo atendimento de todas as reivindicações dos rodoviários (reajuste de 45% fim da superexploração nos micro ônibus etc)!

Derrotar os empresários com a paralisação total da frota! Greve Geral já!

PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO/POR

Rondônia

Brava luta dos operários

Os operários da usina Jirau iniciaram a greve no dia 7 de junho, reivindicando reajuste salarial de 15% e folga de 10 dias após 90 dias de trabalho, para poder visitar os familiares. Porém, a greve foi contida pela ação da empresa Camargo Correia, prometendo que até o dia 14 tudo estaria resolvido. O que não aconteceu.

Não suportando os problemas do salário arrochado, falta de folgas, que vem gerando cansaço profundo nos operários, e a empresa não cumprindo o acordo, os operários resolveram decretar greve por tempo indeterminado.

Mais uma conversa fiada do presidente da CUT

Novamente, Itamar, presidente da CUT, tenta tapear os operários manobrando com desculpas semelhante à dos patrões e da burocracia do estado, enfatizando que a greve neste momento é “ilegal”.

Veja a que ponto chega o burocrata da CUT. Ficou contra a decisão dos operários de decidir pela greve por tempo indeterminado. Disse que a greve é “ilegal”. Sendo ilegal, não teria como dar apoio, no caso de a Camargo Correia tomar medidas contra os grevistas.. Propôs suspender a decisão da greve e esperar os “benefícios”, que poderão vir até setembro. O presidente da CUT defende os operários, ou os patrões? A Camargo Correia não precisa de melhor aliado para quebrar a greve.

O burocrata conciliador da CUT saiu do canteiro de obras das usinas debaixo de vaias

No dia 14 de junho, o comando de greve se reuniu com os operários e passaram por cima das manobras do presidente da CUT e seu sindicato. Não deram ouvidos aos apelos de conciliação do burocrata **Itamar**, que saiu do local debaixo de vaias.

Os operários devem rechaçar a política dos conciliadores e tomar em suas mãos a defesa das reivindicações. Os operários das usinas de Jirau e Santo Antonio precisam estar unidos para derrotar as imposições da empresa e combater os burocratas vendidos.

O Sindicato dos Trabalhadores da Indústria e Construção do Estado de Rondônia - **STICCERO** passou o dia negociando o fim do movimento. A greve foi suspensa porque divulgaram a notícia de que as reivindicações tinham sido atendidas.

Tirania de patrões sobre os operários das usinas do rio Madeira

Nos canteiros de obra da usina Jirau, a situação dos operários é desastrosa. Devido à distância de 130 km, distrito de Porto Velho, em Jaci-Paraná, o desespero pelos maltratos, pela falta de folga para repouso e visita às famílias e pelo baixo salário e atraso de pagamento, os operários são expostos aos graves acidentes, aos surtos psicóticos e à morte. Se querem encontrar trabalho escravo, basta ir aos canteiros da Usina Jirau. Quando os operários se rebelam e se colocam em greve, aparecem os conciliadores e os burocratas sindicais.

Construir a fração revolucionária

Os dirigentes sindicais puseram fim à greve. Como sempre, pediram que os grevistas aceitassem a trégua de uma semana, para que pudessem negociar com a empresa. Mas o ódio dos grevistas é latente. O exemplo da reação dos operários diante de um chefe de segurança, Raimundo Castro, que agrediu um operário de atear fogo em um chapéu de palha (cobertura que serve de abrigo) mostra o grau de descontentamento no interior do canteiro de obras.

Para combater a burocracia e lutar consequentemente pelas reivindicações, é preciso a organização. Portanto, armar-se de um comando de greve eleito na assembleia, que deve se transformar em um comitê operário permanente da obra e formar a fração revolucionária, que saberá canalizar a fúria dos operários para a luta coletiva pelas reivindicações vitais. Sem organização, os operários acabam sendo reféns da burocracia sindical. A tendência é retornar o movimento e a tarefa de construir a fração revolucionária se coloca é imprescindível.

Adquira com o distribuidor deste jornal:

A luta armada no Brasil (1960-1970)

ALN PCR Polop
PCdoB MR-8 AP
VAR-Palmares Colina
VPR PCBR

Crítica programática ao Fiquismo

Partido Operário Revolucionário **MASSAS**

A desintegração da Frente de Esquerda

A divisão
PSol/PSTU/PCB

Partido Operário Revolucionário **MASSAS**

Em defesa da Revolução Cubana

- Defender as conquistas da revolução!
- Combater o imperialismo!
- Empunhar o programa da revolução política!

Partido Operário Revolucionário **MASSAS**

Direito à autodeterminação do Irã: Total liberdade de produzir energia nuclear e armas atômicas

A política proletária de defesa do Irã contra o intervencionismo imperialista

Partido Operário Revolucionário **MASSAS**

EMÍDIO-PT, com apoio da burocracia sindical, impõe o fracasso à campanha salarial

Mais um ano, os trabalhadores da Educação de Osasco amargam o arrocho salarial, após a derrota da campanha salarial.

Emídio-PT aplica a mesma política de desvalorização dos trabalhadores da Educação, concretizada anteriormente por Celso Giglio-PSDB. Este ano, chegou a mais brutal desvalorização com o ínfimo reajuste de 3% sobre os salários já defasados por perdas que ultrapassam a 100%.

Entretanto, é necessário ressaltar que as direções sindicais têm avançado nas traições aos trabalhadores, agindo como conciliadoras. Nos anos anteriores, houve ao menos por parte da APOS (Associação dos Professores de Osasco e região) o enfrentamento com o governo por meio de mobilizações nas ruas.

Já este ano, o que vimos foi uma completa omissão em relação à campanha salarial, pois os interesses estavam voltados unicamente à política de bonificação sustentada pelo FUNDEF/FUNDEB.

Sobretudo, é importante lembrar que mesmo depois da resposta negativa do governo, nas mesas de negociação, não apenas em relação à pauta de reajuste salarial, mas também as reivindicações de conjunto, as direções sindicais se calaram.

A direção do SINTRASP, Força Sindical, fez propaganda de uma suposta greve sem convocar os trabalhadores, enquanto que a APOS simplesmente se calou, limitando-se apenas a informar os professores do que havia sido acordado com o governo e as entidades. E quando foi pressionada pela Corrente Proletária na Educação a convocar uma assembléia, fez que estava de acordo, mas não a encaminhou para que houvesse uma assembléia massiva.

Dizemos isto porque não é a primeira vez que esta direção convoca uma assembléia apenas por e-mail ou enviando fax a algumas escolas. Sabemos que nem todos os trabalhadores têm acesso ao e-mail e que infelizmente a grande maioria dos diretores de escola, cargos de confiança do prefeito, age como serviços, não permitindo que algumas informações cheguem até os trabalhadores. O que quer dizer que para se convocar uma

assembléia massiva é preciso chegar até o professor, visitando escolas, anunciando com o carro de som, enviando os boletins etc. Propagandeando e agitando! Nada disso foi feito.

O resultado foi a imposição do salário de fome, sem isonomia salarial, as precárias condições de trabalho e os cortes de direitos impostos por meio da revisão do plano de carreira. Aos trabalhadores a única saída é a organização de uma fração de oposição para combater a políticas direções vendidas. O trabalhador pode ser derrotado numa luta, mas é inadmissível ser derrotado sem ter lutado.

BASTA DE MIGALHAS, EXIGIMOS O NECESSÁRIO PARA VIVER:

- SALÁRIO MÍNIMO VITAL E MÓVEL PARA TODOS OS TRABALHADORES, AJUSTADA AUTOMATICAMENTE A ALTA REAL DE PREÇOS;
- ISONOMIA SALARIAL PARA PDI'S E ADJUNTOS.

NENHUMA CONFIANÇA NAS MESAS DE NEGOCIAÇÃO COM O GOVERNO

- ARRANCAR TUDO O QUE NECESSITAMOS COM OS MÉTODOS DA AÇÃO DIRETA;
- UNIDADE DA CLASSE TRABALHADORA SOBRE UM MESMO PLANO DE LUTA;
- FIM DO DESEMPREGO E SUBEMPREGO NA EDUCAÇÃO POR MEIO DA ESCALA MÓVEL DAS HORAS DE TRABALHO (DIVISÃO DAS HORAS ENTRE TODOS APTOS AO TRABALHO);
- EFETIVAÇÃO DE TODOS OS CONTRATADOS;
- AMPLIAÇÃO DAS VAGAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL COM A CONSTRUÇÃO DE CRECHES E EMEI'S;
- A DIMINUIÇÃO DO NÚMERO DE ALUNOS POR SALA (MÁXIMO DE 10 NA CRECHE, 15 NA EMEI E 25 NO ENSINO FUNDAMENTAL);
- RECESSO DE JULHO AOS PDI'S, SEM PREJUÍZO DO ATENDIMENTO AS CRIANÇAS QUE NECESSITAM;
- FIM DO ENSINO PRIVADO BEM COMO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADA (CRECHES CONVENIADAS).

Marília: Mais um CEEUF que não organizou o DCE

O Conselho de Entidades Estudantis da UNESP e Fatec ocorreu nos dias 12 e 13 de junho, durante a greve com ocupação dos estudantes do campus de Marília. Entretanto, todo o primeiro dia foi utilizado pela LER-QI para realizar a reunião da coordenação do *Encontro Estadual*.

A reunião de coordenação discutiu as mobilizações na UNESP, USP e UNICAMP, principalmente com relação à mo-

bilização dos funcionários. Nesta reunião, a LER-QI fez a defesa da ANEL, como uma entidade em "disputa" com o PSTU que é hegemônico. A Corrente Proletária fez a crítica ao divisionismo da ANEL, chamando a unidade do movimento estudantil, para varrer a direção burocrática e governista da UNE - Pcdob e PT.

No segundo dia, dedicado à pauta do Congresso dos Es-

tudantes da UNESP e FATEC, para reorganização do DCE, Diretório Central Estudantil, a LER-QI sequer fez intervenção sobre este ponto, ignorando-o. A realização do Congresso foi marcada para setembro deste ano.

Assim, seguiu-se para plenária final, para referendar os encaminhamentos não do CEEUF, mas os da coordenação do *Encontro Estadual* do dia anterior. Aprovaram-se as moções de apoio e indicações de atos e manifestações em favor da greve dos funcionários.

Mais uma vez, um CEEUF deixa de discutir as questões decisivas da organização estudantil em benefício da pauta priorizada pela LER-QI. Evidencia-se desta forma, a facilidade com que uma corrente com melhor estrutura consegue manobrar e aparelhar o movimento estudantil, aproveitando-se de sua frôuxa estruturação.

Contudo, outras consequências desta frôuxidão já começam a se manifestar. Informou-se que em alguns campi da FATEC, a UJS tem organizado chapas para os diretórios acadêmicos e rapidamente tomado estas entidades, à margem do DCE!

Diante das críticas da Corrente Proletária/POR à omissão

do DCE, a LER-QI respondeu que o movimento estudantil da UNESP/FATEC tem de discutir “política e não organização”. Mas, que “política” é essa que ignora as dificuldades criadas pela ausência do instrumento de luta que é DCE? Que discute um ato na USP sem a presença dos estudantes da USP? E que chama os estudantes - num momento em que precisam se unificar nacionalmente - a formar outra entidade (ANEL) sem colocar abertamente e claramente as razões da ruptura? A separação entre política, organização e as tarefas de mobilização é oportunista!

Diante desta política aparelhista da LER-QI, é necessário que os CA's e DA's organizem uma vigorosa intervenção no Congresso marcado para setembro deste ano de modo a resolver definitivamente o problema da estrutura do DCE. Reafirmamos a nossa proposta:

- Por um DCE eleito mediante disputa de chapas e composição proporcional
- Contra a ruptura com a UNE e constituição de uma fração revolucionária para expulsar a burocracia governista!

Rio Grande do Norte

Feijoada da ANEL/PSTU

No dia 13 de maio de 2010, a ANEL/PSTU promoveu no pátio da reitoria a sua segunda edição da **Feijoada de protesto em defesa da universidade pública**. A atividade contou com a participação de aproximadamente 70 estudantes e tinha como objetivo construir uma pauta de reivindicações numa plenária para em seguida entregá-la no gabinete do Reitor.

Aconteceu que antes de distribuir a feijoada, a ANEL convocou uma plenária para construir a pauta de reivindicações a ser entregue ao reitor. Esse método resultou num problema que esvaziou mais ainda a atividade, muitos estudantes que foram para participar da feijoada não compreendiam o propósito da plenária e se dispersaram. A metodologia empregada pela mesa composta pela ANEL fez a atividade se prolongar demais, ao invés coordenar a atividade apenas com a ordem de proposta, defesa e encaminhamento, a mesa fazia comentários desnecessários durante as propostas para convencer a base a aceitar a sua proposta de pauta.

Na proposta da ANEL/PSTU, o ponto que trata da assistência estudantil defende a “redução imediata do preço da alimentação para R\$ 1,00. Rumo à gratuidade”. PSTU entende que a luta pela redução levará naturalmente à gratuidade, o que é um erro. A inflação, as políticas fiscais etc tornam a luta pela redução tão inútil como dar murro em ponta de faca. O que acontece, de fato, é que a ANEL/PSTU não quer travar a luta imediata pela gratuidade, que é a verdadeira assistência estudantil.

O ato não obteve nenhuma conquista. A pauta foi elaborada numa plenária esvaziada e desorganizada. Além desses

problemas, a plenária aconteceu no momento em que o Reitor não estava, a pauta foi entregue ao secretário do Reitor pela ANEL, sem convocar os estudantes, quer dizer, no momento em que estava sendo distribuída a feijoada.

A segunda atividade promovida pela ANEL/PSTU expressou o seu sectarismo e divisionismo. A primeira atividade contou com a participação de mais 200 estudantes porque acreditavam que essa forma de atividade poderia obter alguma conquista, a segunda edição da “Feijoada de protesto” foi expressão do fracasso da primeira. Essa forma de luta festiva, distracionista e sem objetividade na luta pela conquista da reivindicação perdeu a credibilidade na base. Por esse motivo, houve uma queda tão drástica na mobilização, o primeiro ato contou com mais de 200 estudantes, o segundo com aproximadamente 70 e a tendência é o enfraquecimento.

A ANEL/PSTU deveria ter exigido que o Reitor viesse a público, convocado os três setores da comunidade universitária: professores, estudantes e funcionários, construindo uma ampla pauta de reivindicações e ter feito um chamado aos seguimentos combativos e de luta do movimento, de maneira amplamente divulgada, para exigir da reitoria o cumprimento da pauta. O método é o da ação direta coletiva: organizar a luta com ocupações, piquetes, bloqueios, enfrentamentos etc. Somente a ação direta coletiva pode obter conquistas para os estudantes, a exemplo da ocupação do CONSEPE no dia 06 de abril, que pressionou o Reitor a fazer um *ad referendum* anulando um ponto do novo regulamento da graduação.

**Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.
CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO - www.pormassas.org**



Escreva para Caixa Postal 01171 - CEP 01059-970 - S. Paulo - SP - proletariaestudantil@yahoo.com.br

Balanço do X Congresso dos Estudantes

UM CONGRESSO ANTI-MOBILIZAÇÃO

A Corrente Proletária Estudantil (POR) defendeu desde o início que o X Congresso servisse para organizar a luta conjunta de estudantes e trabalhadores ao redor das suas reivindicações mais sentidas. Tratava-se de impulsionar a mobilização para que a experiência nos permitisse tirar as devidas lições, e assim poder avançar.

No entanto, várias resoluções aprovadas apontam para o avesso dessa tarefa fundamental, colocando uma série de obstáculos no caminho da luta. Vejamos a seguir, de forma resumida, um quadro comparativo das decisões do congresso frente as demandas que deveria ter respondido, com suas prováveis consequências:

1. DEVERIA TER AMPLIADO E APERFEIÇOADO OS MECANISMOS DE DEMOCRACIA DIRETA. EM LUGAR DISSO, CONCEDEU MAIOR PODER AO CONSELHO DE CENTROS ACADÊMICOS (CCA).

Tarefas	Resoluções aprovadas
Revisar criticamente a forma como o movimento vinha organizando seus instrumentos de deliberação, como as assembleias, CCA e outras instâncias, visando elaborar estratégias para aperfeiçoá-los partindo da experiência prática do último período. Ampliar a participação dos estudantes nas assembleias, nos debates e demais fóruns abertos, de forma a contribuir para superar o grande descrédito a que hoje é submetido o movimento estudantil na universidade. Construir espaços de discussão e deliberação conjuntos com as outras categorias (professores e funcionários), onde todos poderiam expressar seus pontos de vista e decidir democraticamente sobre os rumos a serem tomados, de forma coesa e unitária.	Medidas administrativas de limitação das assembleias, como a imposição de um quórum de 375 pessoas (alto para as atuais circunstâncias), decisão tomada sem a menor discussão com a base sobre qual o número mais razoável. As assembleias que não atingirem o quórum terão apenas caráter indicativo, isto é, não servirão para quase nada. Enquanto isso, o CCA ganha mais poder, tornado-se organizador e árbitro quanto ao processo eleitoral do DCE. Havia uma resolução, que foi rejeitada, que propunha obrigar os centros acadêmicos a consultar os estudantes sobre a pauta do CCA antes que esse se realizasse.

➤ CONSEQUÊNCIAS:

Raramente acontecerá uma assembleia. O funcionamento do ME, que necessitava de uma revisão crítica, agora estará submetido a instâncias menores e mais restritas, tornando-se ainda mais burocrático e descolado do conjunto dos estudantes, uma vez que os mecanismos de democracia direta foram mutilados através de medidas administrativas e formalistas.

Uma demonstração claríssima desse espírito conservador, de distanciamento da base, é a resolução rejeitada que mencionamos no quadro acima. O CCA, que poderia se constituir num importante mecanismo de organização, transforma-se num instrumento burocrático, colocado em oposição à democracia direta. Tem sido assim há algum tempo. A maioria das direções dos CAs é ligada ao PSol - além do PSTU, PCB e Reconquista. Na prática, o

CCA tem sido instrumento desses agrupamentos políticos, que agora passarão a ter as mãos cada vez livres para pôr em prática suas políticas eleitoreiras e aparelhistas.

O argumento utilizado para rejeitar a resolução foi o de que os CAs devem ser "autônomos". Perguntamos: autônomos em relação a quem? Se fosse o caso de marcar o caráter autônomo de nossas entidades frente a burocracia universitária, os governos e a classe dominante, votaríamos juntos. Porém, a autonomia que se pretende é em relação a base. Do contrário, o que mais poderia justificar o medo de consultar os estudantes dos cursos? A atual direção do DCE (gestão *Melodia*) poderá ficar mais tranquila: não precisará mais boicotar as decisões coletivas, como vinha fazendo com frequência.

2. PODERIA TER INDICADO CAMINHOS CONCRETOS DE UNIFICAÇÃO COM OS FUNCIONÁRIOS, QUE PERMANECEM EM GREVE. MAS, A MAIORIA DOS DELEGADOS FEZ DO CONGRESSO UM FÓRUM ANTI-MOBILIZAÇÃO.

Tarefas	Resoluções aprovadas
Preparar as condições para a greve estudantil unificada com os funcionários. Erguer a luta ao redor das reivindicações mais sentidas, construindo uma pauta que fosse discutida a partir das eleições de delegados e pudesse expressar no interior do congresso os pontos de maior capacidade de mobilização. Aprovar um calendário de luta que estivesse de acordo com essa ampla movimentação partindo das unidades.	Nenhuma medida concreta de preparação da greve estudantil. A eleição de delegados foi muito desigual, com algumas unidades tendo maior discussão que outras sobre as propostas das chapas. Mas, de maneira geral, o que prevaleceu foi um processo distante da base. Um congresso assim só poderia apontar um calendário de luta limitado, pois não estava apoiado num quadro de elevação da mobilização. Pelo contrário, quem tem participado das últimas assembleias viu no plenário do congresso uma maioria de delegados que esteve todo esse tempo contra a aprovação da greve estudantil.

➤ CONSEQUÊNCIAS:

Os funcionários ficarão isolados mais uma vez, sabe-se lá até quando. Têm sido os únicos a empunhar o método da ação direta para conquistar suas reivindicações, fazendo uso da greve, piquetes e manifestações. São poucas as exceções nesse sentido, como o caso dos estudantes do Crusp (Conjunto Residencial da USP), que retomaram o térreo do bloco G das mãos da Coseas (Coordenadoria de Assistência Social). Resultado: a tarefa de enfrentar a política de

sucateamento da universidade, política promovida pelo governo estadual e pela burocracia que dirige a USP, está inteiramente nas mãos dos funcionários. Os estudantes, sob a direção do PSol e do congresso anti-mobilização, dificilmente conseguirão romper suas amarras. Os trabalhadores não poderão contar com um apoio organizado do setor estudantil. A tendência é de quebra da mobilização, seguida de mais repressão e medidas de desmoralização.

3. PODERIA SER AMPLO E DEMOCRÁTICO, COM CONTRIBUIÇÃO DECISIVA DOS ESTUDANTES TRABALHADORES. ENTRETANTO, CONFIGUROU-SE COMO UM CONGRESSO MINORITÁRIO, PRÓ-FORMA E COM ESTRUTURA IMPEDITIVA À PARTICIPAÇÃO DO ALUNO QUE TRABALHA.

Tarefas	A prática
Mobilizar milhares de estudantes a partir de suas unidades, com um processo qualificado de discussão ligado às lutas. Permitir o confronto de programas, com as correntes políticas e estudantes independentes submetendo suas idéias à crítica. Apresentar ao conjunto dos estudantes da universidade e do país um programa discutido e deliberado democraticamente, com participação de estudantes trabalhadores em todas as etapas do congresso.	A preparação do congresso foi falha em vários aspectos. Na prática, foi um fórum que esteve desde sempre em oposição à mobilização. Os horários dos grupos de discussão eram restritivos, a maioria acontecendo pela manhã e tarde. Menos de trezentos delegados participaram. O tempo para apresentação das teses, na abertura, foi ínfimo. O mesmo se deu com o tempo de defesa das propostas nas plenárias finais (por várias vezes tivemos 30 segundos apenas), o que ressalta seu caráter pró-forma.

➤ CONSEQUÊNCIAS:

O aprofundamento das idéias, a necessária discussão do programa e o aperfeiçoamento das pautas, tudo ficou para depois. Ou melhor, agora provavelmente ouviremos da direção do DCE que nossa pauta tem amplo respaldo. Quando, na verdade, a maioria esmagadora dos estudantes permanece indiferente. Na maioria das unidades a eleição dos delegados foi convocada às pressas e realizada sem um debate consistente entre as

propostas apresentadas pelas diversas correntes. Houve cursos, como a Física, em que embora houvesse responsável para realizar a eleição (o centro acadêmico, gestão Abacateiro) e chapas inscritas, a eleição sequer aconteceu. A ausência do estudante trabalhador foi crucial para o conteúdo das resoluções. Se não fosse esse elemento, muito possivelmente teríamos menos blá-blá-blá e mais ação.

Resoluções políticas

Temas	Resoluções aprovadas
Ensino à Distância e Univesp	Pela primeira vez, um fórum geral do ME da USP tem uma resolução que começa com "a favor do ensino à distância...". Embora se complete com "em casos de impossibilidade de acesso à universidade, como para presidiários e militares em missões", é um tremendo retrocesso um congresso de estudantes não ter uma posição contrária ao EaD, que representa a precarização cada vez maior do ensino superior público. Foi tirada uma resolução contra a Univesp, mas logo se revelou a sua formalidade, já que foram aprovadas também a participação na comissão do CO sobre Univesp e a utilização da estrutura da Univesp para "inclusão digital de professores da rede pública". Diante da defesa de que a participação na comissão fosse <i>exclusivamente</i> para acompanhar a discussão e manter o movimento informado para que pudesse resistir à aplicação da Univesp nas Unidades, o PSol foi obrigado a explicitar que está disposto sim a "disputar" a forma como a Univesp será ou não implementada – ou seja, vê o Ensino Superior como uma realidade na USP, que deve ser remendada, e não como algo a ser combatido. Que ilusão acreditar que os 2 ou 3 representantes que os estudantes possam ter na tal comissão tenham condições de alterar a Univesp de alguma forma que atenda os que estudam e trabalham na universidade! Sem grandes mobilizações não há como barrar o avanço do Ensino à Distância, e as resoluções deste congresso desarmam ainda mais o ME, que já estava fraco nesta luta.
Cotas	Além de aprovar a defesa da reserva de 50% das vagas para estudantes vindos da rede pública, sendo 30% para negros, perdeu-se um enorme tempo na discussão de se esses 30% eram dentro dos 50%, ou eram 30% do total, e também qual seria o critério para saber quem era negro ou não. A conclusão foi a de que os 30% são do total e o critério é o mesmo do IBGE, a auto-declaração. Nossa corrente defendeu contra as cotas, opondo-as ao acesso universal, ao fim dos vestibulares. Somos favoráveis a que negros, indígenas e todos que hoje são excluídos possam cursar o nível superior. As cotas admitem que a maioria esteja fora, separando uma pequena parcela das reduzidas vagas que existem hoje para os excluídos.
Proporcionalidade	O PSTU, que nem sequer colocava este debate durante sua gestão do DCE no ano passado, foi para este X Congresso empenhado em aprovar que a diretoria do DCE passasse a ser proporcional (com representação de todas as chapas que concorrerem à eleição, proporcionalmente a seus votos), em vez de majoritária (como é hoje, em que somente a chapa que consegue porcentagem maior dos votos assume a diretoria). Até o momento dessa votação, a Corrente Proletária Estudantil vinha polemizando praticamente sozinho com o PSOL, com raras exceções. Para defender a proporcionalidade, no entanto, houve fila pra dividir o tempo, e foi concedido até mesmo um tempo maior às defesas. Choveram argumentos sobre o quanto seria mais difícil uma corrente burocratizar o DCE, sobre como o problema da esquerda é a falta de unidade etc. etc. etc. Nós defendemos a proporcionalidade não por estes argumentos, mas porque é mais democrática. Hoje, com o sistema majoritário, temos uma situação esdrúxula em que a maioria absoluta dos votantes não queria a chapa que acabou vencendo (<i>Melodia</i> , PSol). Com a proporcionalidade, os grupos políticos presentes no ME estariam presentes na diretoria da entidade de acordo com suas forças.
UNE versus ANEL	Em seguida à votação da proporcionalidade, veio mais uma discussão em que o PSTU se empenhou: propôs que o congresso aprovasse uma experiência com a entidade nacional que foi fundada ano passado, a ANEL (Assembleia Nacional dos Estudantes – Livre), que é hegemônica pelo próprio PSTU. Com isso, colocava em xeque o posicionamento do ME da USP em relação à UNE (União Nacional dos Estudantes). Defendemos contra a resolução da "experiência", pois somos contra o divisionismo do PSTU. Não é com medidas sectárias de ruptura do ME que avançaremos. Embora esteja burocratizada por sua direção (PCdoB), a UNE mantém sob sua influência a maioria dos estudantes, especialmente nas faculdades privadas, e a ANEL, que o PSTU tirou da cartola em substituição à Conlute, sem fazer um balanço de sua falência. A Corrente Proletária defendeu desde antes da fundação da Conlute a não ruptura com a UNE, por entender que a luta deveria ser para derrotar a influência política exercida pelo peleguismo governista do PT/PCdoB. Defendemos esta posição inclusive nos fóruns da própria Conlute e no Congresso de fundação da ANEL (CNE – Congresso Nacional dos Estudantes). Não reconhecemos a ANEL como representação nacional dos estudantes. Formulamos a proposta que foi aprovada, que também não poupava a UNE de críticas.

Em breve, publicaremos um material mais completo, com um balanço mais minucioso. Essa tarefa, inclusive, depende em grande medida da publicação pelo DCE das resoluções aprovadas. Nesse material, examinaremos o papel das diversas correntes políticas, inclusive as que defenderam o boicote ao congresso.

A Corrente Proletária Estudantil realizará debates de balanço do congresso, especialmente nos cursos onde atuou na eleição de delegados. Consideramos ser de fundamental importância o retorno às bases, para dar satisfação aos estudantes sobre o processo e discutir o conteúdo das resoluções aprovadas.

Escreva para Caixa Postal 01171 - CEP 01059-970 - São Paulo - SP - proletariaestudantil@yahoo.com.br

Fundamentos do Socialismo Científico

No domingo, 13 de junho, iniciamos o estudo da teoria marxista. Tratou-se de uma introdução. Para isso, selecionamos passagens do Manifesto do Partido Comunista e Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico. Foi possível discutir apenas os extratos do Manifesto. No próximo estudo, daremos continuidade. A ideia básica é a de compreender o marxismo como ciência do proletariado. Assim, destacamos a teoria das classes e o proletariado como classe organizada. O que implicou assimilar a relação entre classe revolucionária, partido e programa.

Resumimos os principais aspectos do estudo.

De todas as classes que se opõem à burguesia, só o proletariado é a classe verdadeiramente revolucionária. O caráter da revolução comunista é proletário. Assim o Manifesto a conceitua de “revolução proletária”. O proletariado não tem nada a salvar que lhe pertença; tem de abolir a propriedade dos meios de produção, que está na base da sociedade capitalista. A luta do proletariado contra a burguesia, embora seja uma luta nacional por sua forma, é internacional por seu conteúdo, tendo-se em vista que a classe operária não tem pátria.

O objetivo imediato dos comunistas é o mesmo de todos os partidos operários: constituição dos proletários em classe, derrubada do domínio burguês, conquista do poder político pelo proletariado (devem-se observar as idéias de ‘programa e partido’ contidas no texto do Manifesto Comunista).

O sistema capitalista é historicamente determinado. Ser capitalista é não só ocupar uma posição puramente pessoal, mas também, sobretudo, uma posição social na produção. Assim, o capital não é um poder pessoal, mas um poder social.

Lenin

Sobre o Sionismo

O extrato abaixo foi retirado do texto O Lugar do Bund dentro do Partido, redigido por Lênin, publicado no Iskra em outubro de 1903. O nosso interesse se concentra na questão do sionismo e do anti-semitismo. O Bund foi uma corrente que defendeu a organização dos operários judeus autonomamente em relação ao partido social democrata russo. Lênin o caracterizará como nacionalista, se oporá a separação dos operários em raça e demonstrará o caráter burguês do sionismo. Publicamos as formulações leninistas feitas há 97 anos diante da violência reacionária do Estado sionista aos palestinos. O Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional publicou em seu Boletim Internacional uma declaração condenando a matança dos manifestantes pacifistas turcos que realizavam uma frotilha de ajuda humanitária aos palestinos de Gaza.

Reproduzimos a conclusão:

“A classe operária do Oriente Médio terá de se unir e unir-se com os demais explorados para derrotar o sionismo. Tarefa que implica se emancipar do nacionalismo da burguesia árabe, combatê-lo em cada um dos países e dirigir-se pelo internacionalismo marxista. A estratégia da revolução internacionalista implica a defesa dos Estados Unidos Socialistas do Oriente Médio. Há que se tratar com seriedade a crise de direção. O capitalismo se desintegra e avança a barbárie. Não obstante, a classe operária está desorganizada. A contra-revolução estalinista permitiu à burguesia imperialista recuperar o terreno perdido. A liquidação da III Internacional mergulhou a humanidade na crise de direção. Não resta outro caminho senão pôr em pé a IV Internacional. A tragédia dos palestinos em grande parte se deve à ausência dos partidos revolucionários internacionalistas – marxista-leninista-trotskistas. Em nossos

A derrubada do poder burguês (por parte do proletariado) só poderá fazer-se com a violação despótica do direito de propriedade e do regime burguês de produção. Nesta formulação, está consubstanciada a constatação histórica de que a burguesia será destituída de todo o poder pela violência revolucionária do proletariado.

A plenária destacou os seguintes conceitos e formulações: 1) de todas as classes, o proletariado é a classe revolucionária; 2) o proletariado não tem a propriedade dos meios de produção; 3) a escravização assalariada da classe operária em todos os países capitalistas a priva de todo o caráter nacional (a classe operária é internacional); 4) por meio da revolução proletária se tornará senhor das forças produtivas sociais, transformando o caráter social da propriedade e do modo de apropriação da riqueza; 5) a revolução proletária será realizada pela maioria explorada contra a minoria exploradora; 6) a revolução começa em um país e se projeta internacionalmente; 7) o proletariado para se transformar em classe dirigente da revolução deve estar organizado no seu partido comunista; 8) o comunismo não irá abolir a propriedade em geral, mas sim a propriedade burguesa; 9) a supremacia política do proletariado lhe permitirá centralizar todos os instrumentos de produção nas mãos do Estado, que estará organizado em classe dominante; 10) será necessária a violação despótica do direito de propriedade e do regime burguês de produção; 11) as concepções teóricas dos comunistas não se baseiam de modo nenhum em ideias, em princípios inventados ou descobertos por este ou aquele reformador do mundo (materialismo histórico).

próprios países, trabalhamos por reconstruir a IV Internacional, aplicando o Programa de Transição.

Na luta contra a opressão sionista, sob a estratégia dos Estados Unidos Socialistas do Oriente Médio, o marxismo defende diante do Estado sionista as reivindicações democráticas de direito à autodeterminação do povo palestino, fim do bloqueio a Gaza, demolição do Muro na Cisjordânia e eliminação de toda a discriminação.

O Comitê Pela Reconstrução da IV Internacional condena veementemente a violência reacionária do sionismo contra a Frota Liberdade que procurava romper o bloqueio de Israel aos palestinos!

O Comitê Pela Reconstrução da IV Internacional proclama que somente o armamento geral das massas palestinas e árabes poderá varrer o sionismo e eliminar toda forma de opressão!”

O lugar do Bund dentro do Partido

(Lênin, Obras Completas, tomo VII, páginas 108- 112)

“Assim, pois, nem a ‘análise lógica’ da autonomia nem a referência à história aportam sequer a sombra de um ‘princípio’ que justifique o isolamento do Bund. Não obstante, se tem um incontestável caráter de princípio, o terceiro argumento do Bund, que consiste em apelar para a ideia de uma nação judia. Só que, por desgraça, esta ideia sionista é totalmente falsa e de conteúdo reacionário. ‘Os judeus deixaram de ser uma nação, a qual não pode conceber-se sem um determinado território’, diz um dos mais destacados teóricos do marxismo, Karl Kautsky (veja o número 42 do Iskra e a separata de seu artigo intitulado *A matança de Kishinev e o problema judeu*, pág.3). E estudando recentemente o problema das nacionalidades na Áustria, esse mesmo autor procura dar uma definição científica do conceito de nacionalidade, e estabelece dois critérios fundamentais: a língua e o território (*Die Neue Zeit*, 1903, nº 2). E quase o mesmo escreve, palavra por palavra, um judeu francês, o radical Alfred Naquet, em sua polêmica contra os anti-semitas e os sionistas. ‘Se a Bernard Lazare – diz acerca do conhecido sionista – agrada-lhe considerar-se cidadão de uma nação à parte, além dele; mas eu declaro que, ainda que tenha nascido judeu (...), não reconheço a nacionalidade judia (...) e não tenho mais nacionalidade que a francesa (...). Constituem os judeus uma nação à parte? Ainda que em um passado distante fossem, indubitavelmente, uma nação, hoje devo contestar com um não categórico a esta pergunta. O conceito de nação pressupõe determinadas condições, que não se dão neste caso. A nação tem de possuir um território no qual se desenvolve e, além disso, pelo menos em nosso tempo, enquanto a confederação mundial não tenha desenvolvimento nessa base, tem de possuir uma língua comum. E os judeus já não possuem um território nem um idioma comuns. ..Bernard Lazare, como eu, provavelmente não conhece nenhuma palavra do hebreu, e se o sionismo alcançasse suas metas, não o seria fácil discutir com seus congêneres em outras partes do mundo’ (La Petite Republique, 24 de setembro do 1903). ‘Os judeus alemães e franceses não se parecem em nada aos judeus polacos e russos. Os traços característicos dos judeus não contêm nada que lhes imprima a marca de nacionalidade. Se, coincidindo com Drumont, fosse certo reconhecer os judeus como nação, tratar-se-ia de uma nação artificial. O judeu de nossos dias é o produto de uma seleção forçada que seus predecessores sofreram durante quase dezoito séculos’. Aos bundistas lhes falta, talvez, o recurso de elaborar a teoria de uma nação à parte dos judeus russos, cuja língua é o iddish e seu território, a zona que lhes fora destinada.

Totalmente insustentável do ponto de vista científico, a ideia de uma nação judia à parte é, por seu significado político, uma ideia reacionária. Uma demonstração prática irrefutável disso a temos nos fatos por todos conhecidos da história recente e da realidade política atual. A decadência das instituições medievais e o desenvolvimento da liberdade política foram paralelos em toda a Europa com a emancipação política dos judeus, o abandono do iddish pela língua do país em que vivem e, em geral, os inegáveis progressos de sua assimilação à população circundante. Ou se quer voltar, por acaso, às teorias originais e afirmar que a Rússia representa uma exceção a essa regra, apesar de que precisamente na Rússia adquiriu maior profundidade e extensão o movimento de libertação dos judeus, graças ao despertar de uma heróica consciência de classe no proletariado judeu? Por acaso pode considerar-se como algo fortuito o fato de que seja precisamente as forças reacionárias de toda a Europa, e em especial as da Rússia, as

que se opõem à assimilação dos judeus e se esforcem por perpetuar seu isolamento?

O problema judeu se coloca justamente nestes termos: assimilação ou isolamento?, e a ideia da ‘nacionalidade’ judia apresenta um caráter marcadamente reacionário, não só em seus defensores consequentes (os sionistas), mas também naqueles que procuram combiná-la com as ideias da socialdemocracia (os bundistas). A ideia de uma nacionalidade judia se acha em contradição com os interesses do proletariado judeu, pois provoca nele, direta ou indiretamente, um estado de ânimo hostil à assimilação, o estado de ânimo do ‘ghetto’. ‘Quando a Assembléia Nacional de 1791 – escreve Renan – decretou a emancipação dos judeus, se ocupou muito pouco do problema da raça (...). É obra do século XIX acabar com todos os ‘ghettos’, e eu não congratularei com aqueles que aspiram a restabelecê-los. A raça judia prestou ao mundo grandiosos serviços. Assimilada às distintas nações, fundida harmonicamente com as diversas unidades nacionais, continuará prestando também no futuro os mesmo serviços que no passado’. E Karl Kautsky, referindo-se em particular aos judeus russos, se expressa em termos ainda mais enérgicos. A hostilidade frente as camadas não nativas da população só poderá ser eliminada ‘quando estas camadas da população deixem de ser estranhas e se fundam com a massa geral da população. É esta a única solução possível do problema judeu, e nós devemos apoiar conquanto contribua para eliminar o isolamento judeu’. Pois bem, o Bund resiste a esta solução, a única possível, quando, em vez de eliminar, reforça e legaliza o isolamento judeu, difundindo a ideia da ‘nação judia’ e o projeto de federação dos operários judeus separada daqueles que não o são. É este o erro fundamental do ‘bundismo’, que deverá ser e será corrigido pelos social-democratas judeus consequentes. É o erro que leva os bundistas a extremos tão insólitos no movimento socialdemocrata internacional, como o de aguçar a desconfiança dos operários judeus contra os não judeus, atizar os receios frente a estes, propagar mentiras acerca deles. Eis aqui uma prova, retirada do mesmo folheto: ‘Semelhante absurdo (o de que a organização do proletariado de toda uma nação tem sido privada de representação nos organismos centrais do partido) só pode advogar-se abertamente (observe bem nisto!) a respeito do proletariado judeu, que, em virtude das vicissitudes históricas peculiares do povo judeu, tem todavia de lutar pela igualdade de direitos (!) no seio da família do proletariado mundial’. Não faz muito que nos encontramos com uma extravagância assim em um boletim sionista, cujos autores gritam enfurecidos contra o Iskra, e afirmam perceber na luta que esta sustenta contra o Bund a negativa a reconhecer a ‘igualdade de direitos’ entre os judeus e os que não o são. Eis aqui o que os bundistas repetem agora as mesmas cantilenas dos sionistas! Isto é de fundir abertamente a mentira, já que nós ‘advogamos’ privar de representação’, não ‘só’ os judeus, mas também aos armênios, aos georgianos etc e, inclusive, os polacos, chamando-os a aproximação, à unidade, à fusão de todo o proletariado que luta contra a autocracia czarista. Não em vão lança raios e trovões contra nós o PSP (Partido Socialista Polaco)! Qualificar a sua luta em favor da ideia sionista da nação judia, do princípio federativo de organização do partido, uma ‘luta pela igualdade de direitos dos judeus no seio da família do proletariado mundial’, significa degradar a luta do plano das ideias e dos princípios ao dos receios e das incitações, atizar os preconceitos que se desenvolveram historicamente. Significa com toda evidência que as verdadeiras ideias e princípios não são suas armas de luta.

Nesta edição:

- Crise assola a Europa
- Marcha multitudinária de operários fabris contra a reforma da previdência
- Argentina: A greve terminou, mas o conflito continua aberto

Artigos do Cerqui

Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional



Crise assola a Europa

A crise que teve seu estopim em meados de 2008, nos Estados Unidos, vem golpeando os países da União Européia. Os trilhões que os governos entregaram aos bancos em 2008 e 2009, para prevenir-se das quebraadeiras, agravaram o crescimento do déficit público. Longe das metas de endividamento (3% do PIB), previstas pelo Tratado de Maastrich e pela criação do Euro (1999), os países acumularam dívidas volumosas, ultrapassando 10% do PIB, a exemplo da Grécia (13,6%), Irlanda (14,3%) e Portugal (9,4%). As saídas impostas pelos capitalistas se voltam contra o país e a maioria oprimida.

Trata-se da crise estrutural do capitalismo, que se manifesta fortemente sobre as economias européias. A tendência é não se limitar ao velho continente, mas se alastrar por todos os lados. É preciso ter claro que a derrocada na Europa é sequência da quebraadeira norte-americana. Na base da crise está a contradição fundamental do sistema econômico, que é o choque entre a potencialidade das forças produtivas e a estreiteza do mercado, controlado pelos monopólios. Como medida preventiva à superprodução, os capitalistas são empurrados à reprodução artificial do capital, por meio da especulação financeira. O capital parasitário, fonte de lucratividade exorbitante, constitui em fator de crises constantes.

O receituário para a manutenção do sistema econômico é o de quebra massiva de forças produtivas para, em seguida, reconstruí-las. O que implica atingir setores do capital e reconcentrá-los mais ainda. Aí está o grande problema para os capitalistas. A burguesia pretende conter o avanço da crise sem ir a fundo na destruição de forças produtivas. Por isso, por mais impactuosas que sejam as medidas, não têm sido eficazes para deter a crise. Os Estados nacionais acumularam dívidas volumosas e se vêem na contingência de recorrer a empréstimos. As contrapartidas são dolorosas para a vida das massas exploradas.

Os acontecimentos na Europa mostram a debilidade dos Estados e a necessidade de ir mais a fundo nos chamados planos de ajuste, ditados pelas potências e pelo FMI. Como mecanismos conjunturais, não fazem senão atingir a maioria explorada e proteger a classe capitalista. Os governantes usaram os recursos estatais para evitar as quebraadeiras bancárias. No entanto, a dívida atingiu somas impagáveis e os novos empréstimos dependerão da aplicação das diretrizes dos credores. Não por acaso, as medidas impostas pelo Fundo Monetário e Banco Central Europeu são velhas receitas de aumento da arrecadação dos Estados e cortes de recursos aos serviços essenciais, entre eles a saúde, a previdência

e ao funcionalismo.

Os sintomas iniciais de que a crise tinha sido debelada se esvaíram com os acontecimentos na Grécia. O governo de Papandreou, endividado até a medula, recorreu aos empréstimos. A quebra econômica da Grécia tem consequências sobre as maiores economias do continente, dado o endividamento com os bancos. Daí o “socorro” ao país balcânico. Mas as medidas são violentas e têm provocado reação dos trabalhadores. Em poucos meses, o país vive a 6ª greve geral. O centro dos protestos está na rejeição à reforma trabalhista e as mudanças nas aposentadorias. Pretende-se impor 40 anos de contribuição (hoje são 35 anos) e elevação para 65 anos (hoje são 61 anos) a idade para a aposentadoria. A Comissão Européia, o Banco Central Europeu e o FMI exigem que o governo aprove o “Plano de Ajuste” por meio de decreto. Para receber as parcelas dos empréstimos, o governo tem de se mostrar capaz de impor as medidas de choque.

Mas o problema não circunscreve ao país grego. Portugal vive a mesma tormenta e propôs cortar 5% dos salários do setor público e elevar os impostos. A Espanha, que convive com 5 milhões de desempregados, enfrenta o Plano do governo Zapatero de corte de investimentos estatais, destruição de cerca de 13 mil postos de trabalho do setor público, redução de 5% dos salários de 2 milhões e meio de servidores, modificações no sistema previdenciário e imposição da nova reforma trabalhista. Em 1997, o governo aplicou uma reforma trabalhista por meio de um acordo com a burocracia das maiores Centrais Sindicais. A essência da reforma estava em reduzir os custos para as demissões e ampliar as regras para os contratos temporários. Agora, o governo exige aprofundar as medidas da Reforma Trabalhista e das Pensões, como parte do pacote de ajuste da economia. O filão da reforma está no rebaixamento geral de salários por meio dos contratos de tempo parcial, elevação das regras para as aposentadorias e congelamento do valor das pensões, que já é baixo. Para isso, depende, em grande medida, do apoio dos sindicatos e das Centrais. Por outro lado, o governo francês exige a aprovação do aumento da idade para as aposentadorias e mais cortes nos benefícios sociais. Na Itália, o anúncio de corte nos salários, no sistema de saúde e regras mais rígidas para as aposentadorias fazem parte do Plano de ajuste até 2012. A potência alemã, que teve no período de 2008 a 2009 um crescimento de cerca de 53% do déficit público em função das medidas de proteção às instituições financeiras, se vê na contingência de reduzir as verbas às universidades, cortar programa sociais e

limitar ainda mais as pensões. Os países mais afetados pela crise reclamam das medidas recessivas da Alemanha. Pretendem que sua economia arque com parte da crise animando o seu mercado interno e não fazendo o contrário. Porém, Ângela Merkel não assimila as pressões porque seu governo se prepara para o aprofundamento da crise, que é mundial.

Como se vê, as medidas são as mesmas. As consequências são desastrosas para a classe operária e demais explorados. A limitação de investimentos públicos na saúde, educação e previdência tem como consequência o aumento da privatização. A redução salarial do funcionalismo público abre o caminho para a redução também no setor privado. A elevação da idade para as aposentadorias e a exigência de avançar ao patamar próximo aos 70 anos serão violentas. Para os capitalistas e seus governos, o aumento da dívida pública tem ser combatido com a redução dos gastos estatais. Daí a penalização imediata ao funcionalismo.

O custo do ataque sobre os explorados tem de ser compartilhado. Daí a pressão sobre as burocracias sindicais. Fala-se em política de “consenso” e do “diálogo” para arrastar os burocratas vendidos a aceitarem o Plano contra os trabalhadores. A classe operária e a maioria explorada têm de rejeitar o diálogo, pois se trata de satisfazer às exigências dos especuladores. O método é

La Paz

Marcha multitudinária de operários fabris contra a reforma da previdência

Apesar dos esforços do governo para fraturar a unidade do Movimento Operário aprovando medidas de emergência em favor dos mineiros, os operários fabris voltaram às ruas contra a Lei pró-patronal que não lhes favorece em nada.

Ao contrário dos mineiros, cujos salários se aproximam do salário mínimo vital, a situação do movimento fabril e de outros setores assalariados das cidades não mudou em nada com referência ao chamado período neoliberal. Domina a livre contratação, os salários permanecem miseráveis, a grande massa de trabalhadores não tem acesso à segurança social, a prepotência patronal continua etc. Estas condições de trabalho perigosas e massacrantes fazem com que o setor fabril apareça, neste momento, como a vanguarda da luta contra a política social do governo, que se caracteriza por ser abertamente pró-patronal. Assim como outros setores, as bases chocam com sua direção diretamente controlada pelo governo e têm muita dificuldade em articular suas mobilizações em escala nacional, se bem que ultimamente La Paz, Cochabamba e Santa Cruz foram cenários onde se expressaram um profundo mal-estar social.

A última marcha massiva dos operários fabris de La Paz é o anúncio que se vislumbra no horizonte uma nova arremetida operária, desta vez enfocando o problema da nova Lei de Pensões proposta pelo governo. O problema do setor é que pelas condições precárias de trabalho qualquer operário, ao atingir a idade de 58 anos, como assinala o projeto a idade mínima para se aposentar, poderá reunir 30 ou 35 anos de contribuições para o acesso a 70% da média dos últimos 24 salários. Por esta razão, juntamente com os demais setores, só poderão ter rendas miseráveis, abaixo de 30% de seus salários atuais e condenados a morrer de fome em sua velhice, que é a idade mais vulnerável do ser humano.

Essa última proposta da Lei de Pensões do governo continua descarregando sobre as costas dos trabalhadores a maior parte do financiamento das pensões: aumenta a contribuição dos trabalhadores para

o da ação direta e defesa das reivindicações, entre elas a rejeição do pacote de medidas e a luta pelo emprego, pelo salário e pela previdência estatal.

As reivindicações imediatas de defesa do emprego, do fim da precarização do trabalho, do direito à aposentadoria estatal, de nenhum corte salarial etc têm sido o ponto de partida das mobilizações de ruas e da greve geral. Mas, as massas têm de compreender que sob o capitalismo suas reivindicações não serão alcançadas. Há que avançar para a luta pela destruição do sistema capitalista. Certamente, depende da presença do partido marxista-leninista-trotskista, que foi destruído por obra do estalinismo. A tarefa de reconstruir a IV Internacional, partido mundial da revolução, é fundamental.

Não há saída para a crise nos marcos da preservação da propriedade privada dos meios de produção. A crise nada mais é do que a manifestação da decomposição do sistema capitalista. A solução só virá da luta pelo fim do capitalismo. Não há outra via de combater a crise mundial e suas consequências nefastas para as massas senão com o programa de expropriação dos capitalistas. A classe operária européia e as massas empobrecidas deverão se colocar contra a União Européia capitalista e levantar a bandeira de Estados Unidos Socialistas da Europa. O que implica pôr em prática o programa da revolução e ditadura proletárias.

as pensões por velhice de 10 a 10,5%, enquanto a contribuição da patronal é de apenas 3%. Além disso, para todos os setores, o Estado não prove um centavo, desmentindo o discurso hipócrita de que o novo Estado Plurinacional é o protetor de todos os setores sociais do país.

A atual luta contra a nova Lei de Pensões, pela perspectiva dos trabalhadores, deve arrancar da patronal e do Estado o financiamento integral das rendas para a aposentadoria. São eles que, durante toda a vida produtiva do trabalhador, lhes espremeram a mais-valia para ampliar seus lucros e não é possível que, quando a força de trabalho envelheça, os deixem abandonados à sua própria sorte, condenando-os a uma velhice desumana. Neste momento, a luta se sintetiza em alcançar um rendimento mínimo vital que cubra todas as necessidades dos trabalhadores aposentados e de suas famílias, esse rendimento deve ser constantemente reajustado de acordo com a elevação dos preços dos produtos essenciais. É, portanto, a luta para reduzir o tamanho da mais-valia e, nessa medida, é uma parte constitutiva da luta de classes.

Somente aos agentes do governo e aos serventes das empresas privadas empoleirados nos sindicatos pode parecer excessiva esta forma de colocar o problema da Lei de Pensões. Estes sem-vergonhas não conseguem esconder sua satisfação com a última proposta do governo e estão divulgando que “é um avanço em relação à capitalização individual.” Não senhores, para os trabalhadores este é o momento de reivindicar o direito de viver em condições humanas até a velhice, não se esqueçam que esta é uma lei que vai durar pelo menos meio século e, portanto, também compromete as gerações futuras de trabalhadores.

(Extraído do jornal Masas boliviano nº 2176 de 18/06/2010)

A greve terminou, mas o conflito continua aberto

O conflito dos trabalhadores da Educação em Neuquén se dá no marco da crise mundial do capitalismo.

A burguesia Européia busca levar as condições dos trabalhadores do continente ao custo asiático, barateando a mão de obra e impondo a superexploração, aplicar reformas previdenciais, privatizar setores públicos e destruir as conquistas que ainda conservava a classe operária. Os trabalhadores resistem. Vimos grandiosas greves na Grécia e na Espanha, isto demonstra que os rebaixamentos não passarão tão facilmente. Na Bolívia, há poucos meses do triunfo de Evo, as massas começaram a enfrentar o governo.

A greve docente sacode a situação política do país, e Evo se vê obrigado a mostrar sua verdadeira cara acusando-os de “inimigos do povo”, por negar-se a aceitar o miserável 5% de ajuste salarial.

Recordamos que na Argentina, se aplicou a Lei Federal de Educação, com exceção de Neuquén e alguns setores da Capital. Neste sentido, a greve neuquina foi histórica pelo que estava em jogo: conquistas previdenciárias, obra social, condições de trabalho, somado à liquidação que tem sofrido o salário.

Na greve que se desenrolou este ano desde o princípio as direções jogaram dando trégua ao governo, a dilatar a realização de medidas de profundização com a esperança de arrancar algo no marco da data base nacional. Data base que atravessou todo o conflito já que não só impunha o teto acordado por CTERA, senão principalmente por que avançava com as reformas ao Estatuto docente e as condições previdenciárias.

Os primeiros que saíram à luta foram os auxiliares de serviço de ATE (Associação dos trabalhadores do Estado) em uma medida de força que durou mais de 70 dias, que se somaram posteriormente aos docentes. A paralisação começou sendo parcial, e logo tomou todos os dias da semana, com um acatamento muito importante já que o eixo da obra social se via afetada, fez com que amplos setores da base se somassem. Uma e outra vez, desde as assembléias, as bases fizeram frente às manobras e aos apertos do governo.

Outro elemento distinto desta greve é o de que desta vez “a comunidade” não pôde ser mobilizada pelo governo contra os trabalhadores. Isto se explica pela profundidade da crise, que sacode muitos setores de modo que qualquer setor que se proponha resistir aos ajustes e defender as conquistas adquiridas desperta uma ampla solidariedade.

Foi, precisamente, por este caráter profundo que a greve tomou a defesa da Educação pública, denunciando a situação de abandono das escolas, os problemas graves de infra-estrutura, a falta de alimentação adequada e suficiente a todos os alunos ou mesmo sua ausência, passe estudantil, a inexistência de seguro e cobertura médica em caso de acidentes, e tantas outras, ajudou que um setor de pais e muitos estudantes fossem combinando suas reivindicações.

Assim se pôs em pé uma Coordenação de pais que se mobilizou todas as sextas-feiras em apoio à greve e pela defesa da educação pública. Por outro lado, os estudantes começaram a ser protagonistas do avanço da resistência, nas escolas e institutos terciários, contra a Reforma Educacional.

Ambos setores introduziram a possibilidade de avançar na unificação das medidas. Entretanto, há dois aspectos que são necessários superar: a necessidade de unificar uma lista e um plano de luta comum de todos os setores e não limitar-se só a reivindicações estruturais ou de sustento, mas travar a luta pela derrubada da Reforma Educacional, ponta de lança da privatização da educação.

Porém, talvez o aspecto mais importante desta greve é a tendência a ruptura de um setor da base, o mais ativo, com a burocracia. Esta tendência é expressão de um processo de acumulação de experiências das bases que já levam várias greves vendo como esta direção entrega e negocia com o governo.

Esta incipiente ruptura ainda não busca traduzir-se em organização política independente frente à burocracia e ao governo. E ainda que a base tenha clareza sobre que direção não querem, todavia não busca apresentar qual é a necessária para defender suas conquistas e por todo o necessário para que as greves triunfem.

- Nenhuma recuperação dos dias parados;
- Que ninguém ganhe um salário menor ao custo da canasta familiar (\$5.000);
- Fim dos subsídios às escolas privadas, estatização das escolas privadas;
- Abaixo a reforma educativa, anulação de todas as leis privatistas;
- Recursos de acordo às necessidades, trabalhado desde as bases;
- Defesa da obra social, ligada a defesa da saúde pública;
- Estabilidade no trabalho: não ao fechamento de salas, divisão das horas de trabalho;
- Unidade de todos os trabalhadores, rompamos com o corporativismo sindical;
- Construir uma direção para a luta, fora todas as direções conciliadoras.

Rechaçamos Homenagens a Evo Morales. Solidariedade com os professores bolivianos em luta.

A direção do sindicato docente de Neuquén propôs junto a outros grupos distinguir a Evo Morales como doutor *honoris causa* da Universidade de Comahue. Isto enquanto se desenrolava a greve dos docentes bolivianos contra a proposta do governo de 5% de aumento.

Em primeiro lugar, deve sustentar-se a independência política dos sindicatos e centrais sindicais frente ao Estado e todos os governos. Em segundo lugar não cremos que seja estranho para a direção de ATEN o plano de aplicação da reforma educativa Sinani Perez, cujo principal objetivo é a descentralização.

Encobrir uma reforma curricular para municipalizar e dessa maneira aplicar o que foi evitado pela grandiosa luta dos trabalhadores da educação em 1995. Por suposto que esta iniciativa a fazem sem consultar as bases, sem abrir o debate sobre a implicância deste eixo. No marco da entrega que estamos vivendo é um detalhe, porém não por isso menos grave.

Nós propomos toda a solidariedade com os trabalhadores em luta.